

## O povo que resiste



**Coronelismo eletrônico**  
*Evento aborda clientelismo entre políticos e meios de comunicação*

**Enfermeiras e obstetrizas**  
*Profissionais são centrais no cuidado à saúde da mulher e da criança*

**Sanitaristas brasileiros**  
*Eleutério Rodriguez Neto, o pragmático pescador de utopias*

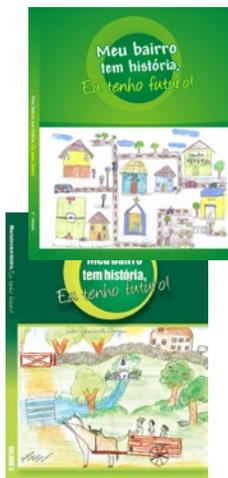
# Cidadania construída ao redor

*Projeto estimula crianças e adolescentes a conhecerem fragilidades e potencialidades do bairro onde vivem*

## SAIBA MAIS

**Projeto Cultura e história do meu bairro**

[www.institutoagronelli.org.br/projeto](http://www.institutoagronelli.org.br/projeto)



Estudantes fazem pesquisa de campo no bairro e conferem o trabalho pronto na noite de autógrafos: protagonismo e cidadania

Adriano De Lavor

Conhecer, compreender e valorizar o espaço em que se vive é condição essencial para o exercício pleno da cidadania. É a partir desse princípio que se estrutura o projeto *Cultura e história do meu bairro*, parceria entre o Instituto Agronelli de Desenvolvimento Social (Iades) e o Arquivo Público de Uberaba (APU), em Minas Gerais, que promove o despertar de crianças e adolescentes de escolas públicas para o seu entorno, a partir do conhecimento da história do bairro em que vivem e das relações que estabelecem entre essas memórias e suas vidas.

O projeto se inicia com a visita de professores ao Arquivo Público, onde são resgatados documentos referentes à história do bairro e avaliadas suas potencialidades e fragilidades; passo seguinte é a elaboração de um roteiro de pesquisa, em conjunto com os alunos, com questões que servirão de guia para a entrevista de um antigo morador do local. Com as informações fornecidas pelo entrevistado, fotos e documentos em mãos, professores e estudantes partem para uma pesquisa de campo, na qual comparam a realidade atual com o passado registrado.

Nesse processo, eles se deparam com a história dos monumentos, a evolução das ruas, avenidas e prédios, a vida de personagens e as mudanças na gestão da cidade, e têm oportunidade de relacionar esses elementos com sua autobiografia, explica a tecnóloga em Desenvolvimento Social Lília Coelho, coordenadora do projeto. “A gente passa pelos

lugares e compartilha conhecimentos”, conta ela, informando que as impressões colhidas pela pesquisa são relatadas pelos estudantes em diversos formatos (desenhos, pinturas, poemas, paródias) escolhidos por seus autores. “Quem comanda o processo são os alunos”, diz.

Os relatos são diagramados e organizados em livros, editados com o título *Meu bairro tem história, eu tenho futuro* (já foram lançados seis volumes, desde o início do projeto, em 2008). Cada publicação reúne histórias de sete ou oito bairros de Uberaba. Para seu lançamento, são organizadas noites de autógrafos nas comunidades, quando os livros são distribuídos gratuitamente e seus alunos-escritores organizam apresentações culturais. Até hoje, o projeto já alcançou cerca de 1,2 mil crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio e 50 professores (que recebem formação de multiplicadores); 40 bairros tiveram suas histórias resgatadas. São elegíveis para o projeto escolas públicas e instituições comunitárias, mas também escolas particulares, sob a condição de contrapartida em relação ao transporte dos alunos e os custos dos livros.

Lília avalia que o projeto promove o exercício da cidadania, ao sensibilizar crianças e os adolescentes para as carências e potencialidades do espaço onde vivem e capacitá-las como participantes da vida em comum e também responsáveis pelo destino do ambiente em que vivem. “O projeto aumenta nas crianças e nos adolescentes a percepção do que é preciso melhorar e ajuda a formá-los como sujeitos de transformação do espaço”, avalia Lília. 



FOTOS: DIVULGAÇÃO/IADES

# A face da resistência

Quem percorre a Estrada Real, no trecho entre as cidades mineiras de Ouro Preto e Diamantina, se emociona com a beleza de trilhas de barro ou fina areia branca no alto de montanhas com vegetação de cerrado e tingidas por um pôr do sol absoluto. Atrás da cortina de eucaliptos reflorestados à margem da estrada, porém, há quilômetros de impressionante devastação. Máquinas gigantescas roem as montanhas, deixando em seu lugar grandes poças, um solo irreconhecível. Sob uma nuvem ferruginosa que cobre o céu e o que resta de mata, a noite cai mais cedo. Mas uma muralha de holofotes em torres de transmissão mantém por 24 horas a extração de minério numa área que atravessa dezenas de municípios. No caminho da destruição, o ambiente natural, as cidades, as pessoas.

Em Conceição do Mato Dentro (MG), município que abriga a cachoeira do Tabuleiro, uma das mais belas do país, a construção de um mineroduto de 529 quilômetros até São João da Barra (RJ) transformou a cidade numa fronteira coberta de partículas de minério, com ruas entupidas por veículos das mineradoras e alojamentos com milhares de trabalhadores. Há registros de trabalho escravo e o mais alto índice de mães solteiras do estado. Patrícia Generoso entrou no movimento de resistência dos moradores e sentiu-se massacrada. "Chegou à cidade uma palavra que nunca se falava: inevitável". O caso de Conceição do Mato Dentro é um exemplo de injustiça ambiental entre inúmeros gerados pelo novo ciclo de extrativismo mineral e por outros processos predatórios Brasil a fora. Nossa matéria de capa ouviu a voz de algumas das comunidades que resolveram resistir. Gente simples e corajosa como Patrícia.

No 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e

Ambiente (Sibsa), realizado em outubro de 2014, em Belo Horizonte, integrantes de movimentos que lutam contra os impactos ambientais e sociais de grandes projetos se uniram a pesquisadores da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Os grupos mais atingidos, segundo o presidente do Sibsa e diretor da Ensp/Fiocruz, Hermano Castro, são também os mais vulneráveis, como indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, camponeses, trabalhadores de baixa renda, moradores de zonas de sacrifício no campo, nas florestas, nas águas e nas cidades.

Para Jean Pierre Leroy, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), as maiores ameaças são a agricultura industrial, os latifúndios monocultores e os grandes empreendimentos, que avançam pelo país, gerando desterritorialização física e simbólica. "Quando povos são expulsos de seus territórios, eles perdem mais do que a posse da terra, perdem o que têm de mais profundo: suas raízes".

Em carta aberta, a Abrasco adverte que "estas desigualdades e injustiças ambientais compõem a determinação social do processo saúde-doença, que se manifesta em perda da soberania e segurança alimentar e hídrica, contaminação da água, do ar e do solo, além de produzir doenças como câncer, malformações congênitas, intoxicações, agravos pulmonares e neurológicos, tristeza, depressão, suicídio e assassinatos".

Espaço de interlocução entre a saúde coletiva e a sociedade, desde 1982, o Programa *Radis* catalisa crítica e resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento e participa do enfrentamento às injustiças ambientais.

**Rogério Lannes Rocha**

*Editor-chefe e coordenador do Programa Radis*

## Expressões e Experiências

- Cidadania construída ao redor 2

## Editorial

- A face da resistência 3

## Cartum

- 3

## Voz do leitor

- 4

## Súmula

- 5

## Radis Adverte

- 8

## Toques da Redação

- 9

## Capa / 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente

- As caras da injustiça ambiental 10
- Ameaça à Serra do Gandarela 14
- A dor da resistência em Conceição do Mato Dentro 15
- Nuvem cinza em Açailândia 16
- Carta Política 17

## 1º Seminário de tecnologias sociais

- As vozes das comunidades tradicionais 18

## Democratização da comunicação

- Relação de interesses 22
- Coronelismo em documentos 24

## Sanitaristas brasileiros

- Eleutério Rodriguez Neto – Um militante da Reforma Sanitária 27

## Saúde da mulher e da criança

- O lugar das enfermeiras e obstetras 30

## Serviço

- 34

## Pós-Tudo

- Sinédoque da saúde do homem 35

## CARTUM

Enquanto isso, na votação sobre o Estatuto do Desarmamento...

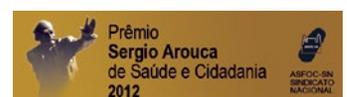
E o deputado,  
vai votar como?



Foto da capa Manifestação em Piquiá de Baixo, Açailândia, Maranhão/ Justiça nos Trilhos

Arte Carolina Niemeyer

RADIS . Jornalismo premiado  
pela Opas e pela Asfoc-SN



## Judicialização

Bom dia pessoal da *Radis*, sempre que posso acompanho a revista para me manter informada sobre saúde pública. Não sei se já trataram do tema, mas gostaria de sugerir que fizessem uma matéria sobre a judicialização no SUS, e o que os estados e municípios estão fazendo para lidar com seus efeitos. Aqui no Rio Grande do Norte, a Defensoria Pública do Estado implantou o projeto SUS Mediado para resolução das demandas ligadas à área da Saúde. Através da parceria com as secretarias de Saúde do estado e dos municípios os técnicos fazem uma triagem dos casos para encontrar uma solução imediata para as demandas dos usuários reclamantes. Questões de competência da União são encaminhadas imediatamente para a Defensoria Pública da União, que assume o processo e dá andamento à sua resolução. O índice de resolutividade extrajudicial vem sendo de cerca de 43%. Já está implantado em Natal, Caicó, Mossoró e Parnamirim.

• Eufrásia Ribeiro, jornalista, servidora pública da Secretaria de Estado de Saúde, Natal, RN

**R:** *Cara Eufrásia, sua sugestão é muito pertinente e foi anotada. Sugerimos uma busca no site do Radis de forma que localize o que já abordamos sobre o tema. Um abraço!*

## Descarte de medicamentos

Sou jornalista, escritora e assinante da nossa *Radis*. Por trabalhar numa ONG, recebo sempre doação de medicamentos usados, para doações a terceiros, mas, por vários motivos, preciso descartar parte do que não consigo repassar. Em São João de Meriti, as drogarias NÃO recebem medicamentos para descarte, como seria de se esperar. Os farmacêuticos de plantão não souberam explicar por quê. Ouvi dizer que em Duque de Caxias a Rede Raia de farmácias cuida bem do descarte. Como mudar a situação em

outros lugares do Rio e do Brasil, já que o meio ambiente e as pessoas correm graves riscos com o descarte inadequado de medicamentos?

• Maria José Resende, São João de Meriti, RJ

## Violência

Prazados da *Radis*! Antes de tudo, agradeço profundamente pelo número 144 da revista. A entrevista da [Maria Cecília] Minayo é maravilhosa. Essa pessoa estu- diosa de violência nós deixa com muita esperança de que é possível alargar o bem com nossas pequenas ações no dia a dia!

• Rosiane Melo, enfermeira, São Paulo, SP

Muito boa a reportagem [Radis 144], no momento em que as pessoas estão saturadas querendo fazer justiça com as próprias mãos. Quem sabe assim nossos políticos se atentem para isso e façam alguma coisa para nos ajudar. Socorro!

• Heraclito Alves Lima, Camaçan, BA

## Aleitamento materno

Olá, equipe da *Radis*, fico muito satisfeita em receber todo mês suas edições. Queria sugerir o assunto aleitamento materno e os benefícios para mãe e bebê, doação de leite materno e UTI neonatal. Obrigada pela atenção e muito sucesso.

• Josiane e Maria Fernanda Matias, Toledo, PR

**R:** *Cara Josiane, o tema da saúde materno-infantil vem sendo tratado em algumas edições da Radis. Deveremos sempre voltar ao tema. Sugerimos, por ora, as edições 97, 101 e 143. Um abraço!*

## David e Gilson

Parabenizo a excelente revista pela dupla, oportuna e justa homenagem aos dois médicos gigantes da saúde pública no país: os mestres David Capistrano Filho e Gilson Carvalho (*Radis* nº 143, agosto de 2014). Homens desse calibre não podem mesmo ser esquecidos. Uma pena não

estarem mais entre nós.

• Evaldo Jorge Mendes, Vitória, ES

## Segurança do paciente

Quero parabenizar a *Radis* pelo brilhante trabalho e dedicação. É informativa, qualitativa e dinâmica, supera qualquer exemplar online. Gostaria de agradecer por recebê-la mensalmente, o que tem me ajudado bastante em minhas pesquisas e estudos, e, se possível, sugerir um tema como segurança do paciente, para melhor alerta a todos os profissionais de saúde. Obrigada.

• Antonia Ildener Carmo, Duque de Caxias, RJ

**R:** *Cara Antonia, sua sugestão foi anotada. Um abraço!*

## 'Radis' também agradece

Gostaria de parabenizar a todos pelas excelentes matérias, principalmente da edição nº 145, sobre regionalização e sobre a reforma sanitária. Parabéns a à revista *Radis*, um excelente e efetivo meio de comunicação.

• Carine Ferrari, Ijuí, RS

Olá, como servidor público da Saúde e cidadão brasileiro, fico feliz em saber que notáveis formadores de opinião na área engrossam o grito pela implementação do SUS Brasil (*Radis* 145), como caminho para melhoria nos serviços de saúde. Pena que essas vozes ainda não encontraram ressonância na grande mídia, nem tampouco seus desdobramentos estão presentes na pauta dos nossos legisladores. Espero que num futuro não remoto essa utopia possível se transforme em realidade.

• João José Ferreira, Regeneração, PI

### NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou facebook) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

## EXPEDIENTE

**RADIS®** é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**  
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis  
**Rogério Lannes Rocha**  
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Eliane Bardanachvili**  
Reportagem **Adriano De Lavor** (subedição),  
**Bruno Dominguez** (subedição interina), **Elisa Batalha**, **Liseane Morosini** e **Ana Cláudia Peres**  
Arte **Carolina Niemeyer** (subedição) e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira** e **Sandra Benigno**

Administração **Fábio Lucas** e **Natalia Calzavara**

Estágio Supervisionado **Diego Azeredo** (Arte)

Assinatura **grátis** (sujeita a ampliação de cadastro) | Periodicidade **mensal** | Tiragem **82.200** exemplares | Impressão **Ediouro**

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118 | Fax (21) 3882-9119  
• E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br)  
• Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361



[www.ensp.fiocruz.br/radis](http://www.ensp.fiocruz.br/radis)



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762  
• [www.fiocruz.br/ouvidoria](http://www.fiocruz.br/ouvidoria)



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz





## HIV continua avançando entre homens jovens

A epidemia de HIV/aids vem atingindo com mais intensidade homens jovens que fazem sexo com homens, indicaram os dados do *Boletim Epidemiológico em HIV/Aids* de 2014, divulgado pelo Ministério da Saúde em dezembro. De acordo com o documento, entre a população masculina observa-se aumento estatisticamente significativo da taxa de detecção do HIV nas faixas etárias entre 15 e 19 anos, 20 e 24 anos e 60 anos ou mais nos últimos dez anos; entre os jovens de 15 a 24 anos, o aumento foi de 120%, e entre os de 20 a 24, de 75,9%, no período de 2004 a 2013.

A pedido da *Radis*, a pesquisadora Valdiléa Veloso, integrante do Laboratório de Pesquisa Clínica em DST e Aids do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) avaliou que os dados do boletim mostram que “o Brasil continua tendo uma epidemia concentrada na população de homens que fazem sexo com homens”. Esse dado, segundo ela, desencadeia a necessidade de se desenvolverem estratégias para prevenção específicas para essa parcela da população. “É uma grande

preocupação, mas a gravidade da epidemia nos jovens gays não teve suficiente destaque”, afirmou. A pesquisadora, que também é consultora do Ministério da Saúde e integra o Comitê Assessor para a Terapia Antirretroviral em Adultos, vê a expansão da testagem, inclusive fora dos serviços de saúde, como estratégia importante para identificar a infecção. “Existem projetos aprovados que envolvem unidades móveis, em *trailers*, com participação de ongs”, mencionou.

Os dados do boletim também apontam que a mortalidade por aids caiu 13% nos últimos dez anos, passando de 6,1 caso de mortes por 100 mil habitantes em 2004, para 5,7 casos em 2013. Do total de óbitos por aids ocorridos no país até o ano passado, 198.534 (71,3%) ocorreram entre homens e 79.655 (28,6%), entre mulheres. Apesar da queda geral, alguns estados têm mortalidade alta, como o Rio de Janeiro, que apresenta a segunda maior taxa de todo o país, com 9,1 mortes relacionadas à doença por 100 mil habitantes, perdendo somente para o Rio Grande do Sul, com 11,2.

Para Valdiléa, os dados referentes à capital fluminense merecem destaque, já que há uma discrepância entre as taxas de mortalidade dentro da própria Região Sudeste. “O fato requer mais estudos, mas pode estar relacionado ao tipo de doença associada em cada estado, como por exemplo, a tuberculose, que ocorre em índices altos no Rio”, afirmou.

Matéria publicada no Portal Fiocruz (1/12) alerta que o Brasil, apesar de aclamado internacionalmente por seu programa de prevenção e tratamento considerado progressista e inclusivo, vive momento delicado no que se refere à prevenção de novos casos. O aumento de incidência de casos no Norte e Nordeste é considerado alarmante. O Norte apresentou aumento de 92,7%; e o Nordeste, de 62,6%, entre 2003 e 2012. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste, que concentram a maior parte dos casos diagnosticados, apresentaram recuo de 0,3% e 18,6%, respectivamente. “A epidemia tem dinâmica própria em cada região: no Norte e no Nordeste a epidemia é mais recente”, explicou Valdiléa.

## Dia Mundial de Luta Contra a Aids: conquistas e desafios

No período do *Dia Mundial de Luta Contra a Aids*, o Ministério da Saúde procurou reforçar as notícias positivas sobre o tema. Em matéria publicada no Portal da Saúde (1/12), lê-se que o Brasil terminou 2014 com aumento de 29% no número de pessoas em tratamento com antirretrovirais pelo SUS, na comparação com 2013. De janeiro a outubro de 2013, 47.506 pessoas começaram a usar a medicação, enquanto nesse mesmo período de 2014 foram 61.221. No total acumulado, quase 400 mil pessoas estavam em terapia até 2014. De acordo com o último boletim epidemiológico, estima-se que 734 mil pessoas vivam com HIV e aids no país. Desse total, 80% (589 mil) foram diagnosticadas. Desde os anos 80, foram notificados 757 mil casos de aids. Segundo a publicação, a epidemia no Brasil está estabilizada, com taxa de detecção em torno de 20,4 casos, a cada 100 mil habitantes. Isso representa cerca de 39 mil casos de aids novos ao ano.

Em julho de 2014, a revista britânica *The Lancet*, importante publicação científica, divulgou estudo mostrando que o tratamento para aids no Brasil é mais eficiente que a média global. Segundo o estudo, as mortes em decorrência do vírus HIV no país caíram a uma taxa anual de 2,3% entre 2000 e 2013, maior do que os 1,5% registrados globalmente. Sobre o tratamento, Valdiléa Veloso do INI/Fiocruz destaca como avanço o protocolo vigente



desde dezembro de 2013, que recomenda não ser mais necessário que a imunidade esteja baixa para se iniciar o tratamento antirretroviral. “O objetivo é preservar a imunidade, e, dessa forma, a transmissão fica reduzida”, esclarece.

O Ministério da Saúde pretende cumprir a meta estabelecida pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) e pela Organização Mundial da Saúde, conhecida como 90-90-90, até

2020. A meta é testar 90% da população e, das pessoas que apresentarem resultado positivo, tratar 90%. Como resultado, conseguir que 90% das pessoas tratadas apresentem carga viral indetectável, situação em que a pessoa não transmite o vírus.

O ativista Marcio Villard, coordenador geral do Grupo Pela Vidda, do Rio de Janeiro, declarou para a *Radis* que ainda é fora de contexto a ideia de comemoração em torno do *Dia Mundial de Luta contra a Aids*. “Vivemos um momento crítico em relação à epidemia. Para quem está iniciando hoje a vida sexual, a doença é vista muitas vezes de forma banalizada. Na realidade, é uma doença grave, que impacta muito a qualidade de vida”. Ele aponta a falta de especialistas no SUS, as dificuldades de assistência e adesão ao tratamento e o estigma das pessoas vivendo com HIV/aids como as principais dificuldades enfrentadas no combate à epidemia.

A campanha publicitária de prevenção ao HIV/aids lançada em 1º de dezembro de 2014 (fotos), *Dia Mundial de Luta contra a Aids*, tem como público-alvo os jovens e enfatiza a estratégia de prevenir, testar e tratar. Há também material segmentado para a população jovem gay e travestis. A campanha apresenta jovens experimentando novas situações na vida com a palavra “testar”. O teste reforça o slogan final usando a gíria “#partiu teste”, linguagem típica da faixa etária prioritária.

## Número recorde de jovens no mundo

Relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) traçou retrato da juventude no mundo, que soma 1,8 bilhão de pessoas, um número sem precedentes. A faixa da população, entre 10 e 24 anos de idade, alvo do estudo, corresponde a 25% dos habitantes do planeta, considerado um recorde histórico. A tendência é de crescimento: em 2050, serão 2 bilhões. Os jovens, mostrou o relatório, passam por problemas, ao mesmo tempo em que carregam a responsabilidade de garantir um futuro sustentável para o planeta, informou *O Globo* (18/11). Noventa por cento estão nos países em desenvolvimento, confirmando a tendência ao envelhecimento das sociedades mais ricas.

Embora numerosos, os jovens são os menos contemplados por políticas públicas, faltando investimentos em programas de qualidade de vida, educação e oportunidades de emprego, indicou ainda o estudo, que apontou como consequências vulnerabilidade a violência, drogas, depressão e gravidez na adolescência. Em 2012, cerca de 1,3 milhão de adolescentes morreram de doenças preveníveis ou tratáveis, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo menos 160 milhões de jovens estão desnutridos; o HIV é a segunda maior causa de morte entre os jovens, e, entre as meninas, o suicídio.

Os transtornos mentais, observados

em meninas a partir dos 12 anos, nos países mais pobres, agravam-se por conta de costumes tradicionais, como o casamento infantil – a cada dia, cerca de 39 mil crianças tornam-se noivas. Em relação à educação sexual, os jovens têm acesso limitado a informação, recursos e serviços, e, em muitos países, a lei dificulta a chegada de preservativos. Entre os rapazes, o problema maior é a violência: em 2012, cerca de 1,3 milhão de adolescentes morreram em conflitos, 97%, em países pobres.

Em relação à educação, cerca de 175 milhões de pessoas não conseguem ler uma frase completa. Dados da Unesco mostram que a falta de recursos básicos faz os alunos deixarem a escola sem qualquer aprendizado. Brasil e México são citados entre os países que, com programas de transferência de renda, aumentaram o nível de escolaridade dos jovens e acesso a saúde. “A educação de qualidade tem ligação direta com a economia”, observou o nigeriano Babatunde Osotimehin, diretor-executivo da UNFPA.

O alto número de jovens detectado no levantamento tem aspecto positivo também. Durante um certo período, variável em cada nação, há mais pessoas em idade ativa (de 15 a 64 anos) do que dependentes (crianças de até dez anos e idosos com 65 anos ou mais). É o momento ideal para o crescimento econômico.

## Incentivo aos pequenos agricultores



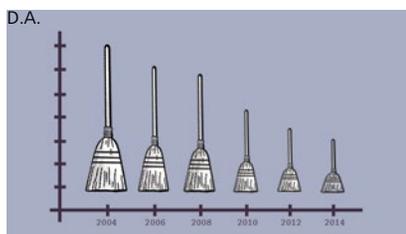
O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está formulando para 2015 o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que reúne uma série de medidas para facilitar a produção agrícola dos pequenos agricultores ao oferecer linhas de créditos e cadastro mais simples da produção como orgânica, informou o site jornalístico Opera Mundi (13/11). “A ideia é consolidar a agricultura orgânica no âmbito da agricultura familiar”, informou o secretário nacional de Agricultura Familiar, Valter Bianchini.

A secretaria tem como proposta mostrar que é possível fazer a transição do modelo único da agricultura mais intensiva em insumos, com uso de agrotóxicos, para uma agricultura mais sustentável, seguindo os preceitos da agroecologia, que consiste em técnicas de cultivo sustentáveis, sem desmatamento de áreas verdes originais, com uso racional de água e terra e abolição de agrotóxico e transgênicos.

Segundo Bianchini, o plano promoverá a certificação de milhares de propriedades relacionadas ao cultivo orgânico. Hoje há, segundo o Ministério da Agricultura, 6,7 mil produtores orgânicos regularizados, e é possível chegar a 150 mil. De acordo com o secretário, o agronegócio, que muitas vezes se apresenta como principal via moderna e rentável da agricultura, não pode ser considerado a única solução para as questões que envolvem a segurança alimentar. “O termo agronegócio se referia ao volume de recursos que movimenta a agricultura e a agroindústria. Como setores conservadores começaram a usar o termo para agregar importância à prática, ela acabou se designando como o único modelo de agricultura”.

Se a produtividade dos orgânicos ainda é muito distante da do agronegócio, como aponta Bianchini, a agricultura familiar tem grande importância para o abastecimento dos mercados brasileiros. Ocupando aproximadamente 25% da área agricultável do país, o modelo familiar ainda corresponde a 38% da produção gerada no Brasil. De 5,1 milhões de propriedade rurais, 4,3 milhões são de agricultura familiar, com 12 milhões de trabalhadores. O secretário também alertou para os riscos do modelo agroexportador, que enfatiza a monocultura. “Não podemos depender de duas, três variedades na agricultura”, disse.

## Menos trabalhadores domésticos



A Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, divulgada em novembro, mostrou que, entre outubro de 2004 e outubro de 2014, o número de pessoas que trabalham como domésticas caiu 10% e o total de pessoas ocupadas aumentou 20%. De acordo com a pesquisa, realizada em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), o setor dos domésticos apresentou a menor taxa de desocupação em outubro: 1,5%, enquanto o índice geral foi de 4,7%, informou o portal de notícias G1 (26/11).

“Se elas são dispensadas, em menos de um mês, já arrumam serviço”, disse a advogada do Sindomésticas Daniela Ferreira da Silva. Com a oferta de emprego

em alta em todos os setores, muitas domésticas decidiram mudar de profissão, como a confeitaria Maria Luiza Souza Goes, que veio da Bahia para São Paulo com 17 anos, encontrando como única opção de trabalho a casa de família, até considerar que era hora de mudar de vida.

Quem não mudou de profissão também está ganhando, mostrou o estudo. Enquanto o salário médio dos trabalhadores da Grande São Paulo caiu 0,5%, entre 2012 e 2013, o das domésticas subiu 10%.

Para o professor Hélio Zylberstajn, da Universidade de São Paulo, o mercado de trabalho está passando por uma modernização. “Com a expansão do emprego em geral, as moças que são empregadas domésticas passaram a ter outras oportunidades em abundância”, considerou, vendo nos índices encontrados uma oportunidade histórica para mudar também o comportamento da sociedade, dependente desses empregados. “Ela tem que se organizar, o marido tem que começar a ajudar, as crianças têm que arrumar as suas camas, porque esse é o mundo que está chegando aqui. Finalmente”, considerou.

## IDH: avanço nas regiões metropolitanas, desigualdade entre municípios

As disparidades entre as regiões metropolitanas brasileiras diminuíram, no espaço de uma década, entre os anos 2000 e 2010. A informação é do *Atlas do Desenvolvimento Humano*, produzido pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (Pnud), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro. Divulgado em 25/11, o atlas apresenta o resultado da pesquisa realizada em 16 regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória), nas quais foi verificado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Todas as regiões pesquisadas mostraram-se na faixa de alto desenvolvimento humano, com IDHM acima de 0,7 – o índice vai de 0 a 1: quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano, quanto mais próximo de um, melhor.

O resultado se deve ao fato de o

ritmo de crescimento entre as regiões não ter sido o mesmo. As que possuíam os menores indicadores cresceram de forma mais acelerada do que as que já estavam em patamares mais altos de desenvolvimento humano, o que contribuiu para a redução do hiato entre elas. Na década estudada, a diferença entre a região metropolitana de IDHM mais elevado (São Paulo) e a índice mais baixo (Manaus) caiu de 22,1% para 10,3%, um quadro menos desigual do que o apresentado em 2000.

Apesar da reconhecida melhora e da redução das disparidades, a desigualdade dentro dos municípios ainda é um fator marcante, indicou o atlas. Em uma mesma região metropolitana é possível renda domiciliar per capita mensal de quase R\$ 7,9 mil e de menos que R\$ 170. A esperança de vida ao nascer varia, em média, 12 anos dentro das regiões.

A dimensão da educação foi a que mais avançou, em comparação com as dimensões de longevidade e renda, embora também reproduza as disparidades

intra-regionais, em especial, no caso da escolaridade da população adulta: a variação ficou entre 91% a 96%, nos índices mais altos, e 21% a 37%, nos mais baixos.

O estudo alertou também que as desigualdades dentro de cada região metropolitana são, muitas vezes, mascaradas pelos índices médios, que dão a falsa impressão de que os municípios são homogêneos. Mesmo em regiões metropolitanas mais carentes, como Manaus e Belém, há *bolsões* com desenvolvimento humano muito alto. Da mesma forma, regiões como São Paulo apresentam baixos níveis de renda e educação.

Em comparação com o ano 2000, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre deixaram de figurar entre as cinco com maior IDH, dando lugar à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF) e à Grande Vitória (ES).

O atlas pode ser baixado na íntegra no site do Pnud ([www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)) ou em <http://goo.gl/zH9DES>

## Trabalho decente: OIT Brasil lança sistema com dados por município

O Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil lançou(28/11) sistema de indicadores municipais, reunindo dados que possibilitam identificar oportunidades e desafios relacionados à promoção do trabalho decente, em cada um dos 5.565 municípios do país, informou o site da organização. Trata-se de um trabalho inédito no mundo, de acordo com a diretora da OIT no Brasil, Lais Abramo, com informações completas e específicas. Segundo ela, as informações reveladas por esse sistema constituem recurso estratégico para implementação da Agenda e do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, bem como das agendas estaduais e municipais de trabalho decente e de programas de âmbito federal como Brasil Sem Miséria e Pronatec.

Baseado no Censo de 2010 e em outros dados do IBGE, além de estatísticas dos ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outras fontes, o Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente permite análise integrada das dinâmicas laboral, espacial, econômica e social de cada município. O conceito de trabalho decente relaciona-se à promoção de oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

Os dados do sistema de indicadores

municipais estão organizados em dez áreas, que correspondem às dez dimensões de medição do trabalho decente: oportunidades de emprego; rendimentos adequados e trabalho produtivo; jornada de trabalho decente; conciliação entre o trabalho, vida pessoal e familiar; trabalho a ser abolido; estabilidade e segurança no trabalho; igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego; ambiente de trabalho seguro; seguridade social; e diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores.

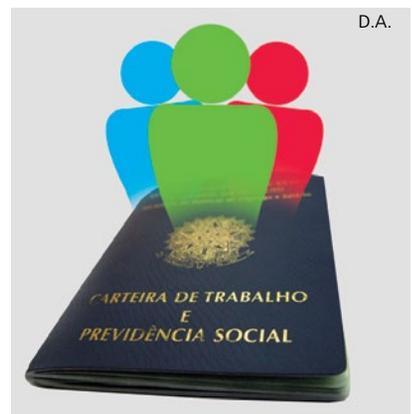
O sistema revelou, entre outras informações, que um grupo de apenas 24 municípios abrigava 6,8 milhões de pessoas ocupadas em trabalhos informais, o correspondente a 20,5% do total nacional (33,2 milhões), apontando que um esforço concentrado nesses locais pode reduzir significativamente o número de trabalhadores e trabalhadoras em situação de informalidade no país. Metade dos municípios com taxa de informalidade acima de 50% localizava-se na região Nordeste.

Foi observado, ainda, nos dados que, ao final de 2013, todos os municípios brasileiros contavam com trabalhadores e trabalhadoras formalizados na condição de microempreendedor individual, o que contribuiu expressivamente para a redução da informalidade laboral.

Os menores índices de desocupação entre as capitais foram registrados em

Curitiba (4,7%) e Florianópolis (4,9%), e os maiores, em Salvador (12,9%) e Recife (12,5%). A desocupação é maior entre as mulheres e a população negra. Há, ainda, informações sobre trabalho infantil (das 888,4 mil crianças e adolescentes de 14 ou 15 anos que trabalhavam, apenas 2,7% faziam isso na condição de aprendiz); jovens (um de cada cinco não trabalhava nem estudava em 2010); inclusão de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho (inexistentes em 31,5% dos municípios); e educação (em 81% dos municípios mais da metade da população de 15 anos de idade ou mais não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto), entre outras.

As informações do sistema podem ser acessadas e baixadas, por município, em <http://simtd.oit.org.br>.



# Comissão da Verdade: relatório responsabiliza 377 por crimes e violações

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) entregou (10/12) à presidenta Dilma Rousseff o relatório final do trabalho realizado por dois anos e sete meses, de investigação sobre crimes e violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988, com foco na ditadura militar (1964-1985), informou o portal UOL (10/12). O relatório responsabiliza e nomeia 377 pessoas, inclusive generais que se tornaram presidentes no período e faz 29 recomendações ao governo, entre elas a desmilitarização das polícias, o reconhecimento pelas Forças Armadas da sua responsabilidade pelas violações de direitos humanos e a responsabilização criminal de torturadores e agentes públicos, hoje resguardados pela Lei de Anistia, de 1979, informou *O Globo* (11/12).

“Nós que acreditamos na verdade esperamos que esse relatório contribua para que fantasmas de um passado doloroso e triste não possam mais se proteger nas sombras do silêncio e da omissão”, disse a presidenta, que se emocionou e chorou durante a cerimônia. A presidenta recebeu o relatório em audiência com os seis membros da CNV: José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Dallari e Rosa Cardoso (foto). O relatório foi entregue no Dia Mundial dos Direitos Humanos.

A comissão foi instalada em maio de 2012, por Dilma, pela Lei 12.528/2011, para apurar e esclarecer circunstâncias e autoria das violações, “com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional”, como informa em seu site. Durante os trabalhos, foram colhidos 1.121 depoimentos e realizadas 80 audiências e sessões públicas pelo país. Entre novembro de 2013 e outubro de 2014, acompanhada de peritos e vítimas da repressão, a comissão visitou sete unidades militares e locais utilizados pelas Forças Armadas para a prática de tortura e outras violações de direitos humanos.

De acordo com o coordenador da comissão, Pedro Dallari, o trabalho permitiu concluir que as violações foram “resultado de uma ação generalizada e sistemática



do Estado, configurando crimes contra a humanidade”. O documento tem 4.328 páginas e está dividido em três volumes. De acordo com o site da CNV, o primeiro volume enumera as atividades realizadas pela comissão na busca pela verdade, descreve os fatos examinados e apresenta conclusões e recomendações dos integrantes para que os fatos descritos não se repitam. São apresentadas as estruturas repressivas e seus procedimentos e conceituados métodos e práticas, com explicações sobre como cada uma delas foi aplicada no período ditatorial. Um capítulo é dedicado à autoria das violações, indicando nomes dos 377 agentes públicos e pessoas a serviço do Estado envolvidas. Nesse capítulo também é analisado o papel do Judiciário na ditadura.

O segundo volume traz nove textos produzidos por integrantes da comissão, resultantes de atividades realizadas em grupos de trabalho que reuniram vítimas, familiares, pesquisadores e interessados nos temas investigados. Sete textos mostram como militares, trabalhadores organizados, camponeses, igrejas, indígenas, homossexuais e a universidade foram afetados pela ditadura e a repressão e o papel desses grupos na resistência. É abordada, ainda, a relação da sociedade civil com a ditadura, seja apoiando, em especial no caso dos empresários, seja resistindo.

O terceiro volume é dedicado às vítimas. São apresentadas a vida e as circunstâncias da morte ou desaparecimento de 434 pessoas, bem como o andamento das investigações em cada caso. Os relatos “expõem cenários de horror pouco conhecidos por milhões de brasileiros”,

como indicam os autores, e “reverenciam as vítimas de crimes cometidos pelo Estado brasileiro e por suas Forças Armadas”.

Os 377 agentes apontados como responsáveis pelos crimes foram divididos em três categorias, de acordo com sua participação. Na categoria responsabilidade político-institucional, que reúne agentes do Estado com função de criar, planejar e decidir políticas de perseguição e repressão, sem participação direta nos crimes,

estão cinco ex-presidentes (Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médiçi, Ernesto Geisel e João Figueiredo). Na categoria responsabilidade pela gestão de estruturas e procedimentos, foram listados agentes que, mesmo sem terem cometido crimes diretamente, permitiram que violações aos direitos ocorressem em unidades do Estado sob sua administração, como comandantes de unidades das Forças Armadas, chefes de departamentos e delegacias da Polícia Civil, chefes de institutos médicos legais, diplomatas e comandantes das polícias Federal e militar. Entre os nomes da lista está o do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo.

A terceira categoria é a de responsáveis diretos pelos crimes e lista militares e agentes envolvidos em mortes, desaparecimentos forçados e torturas de opositores ao regime. O documento aponta que esses agentes estavam lotados em gabinetes de ministros, no comando das Forças Armadas, nos DOI-Codi, batalhões e unidades militares e delegacias e departamentos de polícia. Um dos nomes listados nessa categoria do relatório é o do coronel Paulo Malhães, morto em 2014, que admitiu ter participado de torturas e mortes durante o regime militar. A íntegra do relatório da Comissão Nacional da Verdade está em [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br). 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

## Radis Adverte

VALORIZAR CONHECIMENTOS TRADICIONAIS É ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE



## Insegurança pública

Com tantos direitos ainda por serem assegurados – água, saneamento, moradia, saúde, educação –, o deputado Cláudio Cajado (DEM-BA) resolveu aumentar a lista e incluir o *direito* ao porte de armas, com o Projeto de Lei 3722/12, que revoga o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003). Foram muitas as tentativas de votar o texto na Câmara antes do fim do ano, uma vez que isso não ocorrendo o projeto seria arquivado. Opositores do projeto e defensores da paz e da segurança conseguiram obstruir as votações. A sociedade civil também se mobilizou pelas redes sociais. O último cancelamento se deu em 17/12.

Segundo Cajado, sua proposta não era revogar o Estatuto do Desarmamento,

mas encontrar “um meio termo” entre o que a lei determina e o que ele considera que a população deseja como de direito à defesa de sua segurança (sic). Traduzido em números, o *meio termo* do deputado, no entanto, significava, por exemplo, ampliar de 50, como está no estatuto, para 5.400 o número de balas a serem adquiridas por ano pelo cidadão. Como afirmou o pesquisador Antônio Rangel Bandeira, autor do livro *Armas de fogo: proteção ou risco?*, por trás do discurso de “direito à defesa do cidadão de bem” propagado pelos defensores do projeto, está a tentativa de aumentar o comércio de armas e munições no Brasil. Mais um caso em que o lucro é colocado na frente da vida.

## Parceria que compromete

Organizações sociais, sindicatos, movimentos sociais, ambientalistas e religiosos, do Brasil, Canadá, Moçambique, Peru, Chile, Indonésia e Argentina, que integram a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, divulgaram (14/11) carta ao presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, em protesto contra parceria estabelecida com a mineradora Vale S.A. para a instituição do Prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade. O prêmio é voltado a dissertações de mestrado e teses de doutorado associadas a temas ambientais e socioambientais.

Na carta, as organizações signatárias, com base no Dossiê dos Impactos e

Violações da Vale no Mundo, de 2010, e no Relatório de Insustentabilidade da Vale, de 2012, apontam que a empresa “trabalha com um conceito de sustentabilidade que busca o controle do ambiente social onde os projetos são desenvolvidos”. E lembram que, em 2012, a Vale foi eleita a pior empresa do mundo na votação internacional Public Eye Awards.

A Articulação considera a parceria da Capes com a Vale “incongruente”, apontando que a iniciativa “compromete o papel e legitimidade dessa importante instituição” ao buscar soluções para questões socioambientais em parceria com “um dos grandes atores responsáveis por graves conflitos” nesse mesmo setor, no Brasil e no mundo.

## Prêmio Direitos Humanos

A pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fioruz) e coordenadora científica do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), Maria Cecília de Souza Minayo, é uma das 21 personalidades que receberam (10/12) o 20º Prêmio Direitos Humanos 2014, da Presidência da República. O

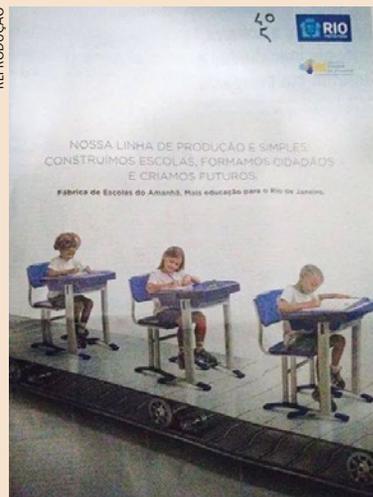
prêmio representa a mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas e instituições que desenvolvem ações de destaque nas áreas de promoção e defesa dos direitos humanos. Cecília Minayo foi premiada na categoria Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa e recebeu o prêmio da presidenta Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto.

## Quem merece ser estuprada?

Apagar das luzes da legislatura 2011-2014 no Congresso Nacional, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) marcou presença com sua postura preconceituosa e comentários misóginos. O alvo desta vez foi a deputada Maria do Rosário (PT-RS). No plenário na Câmara, Bolsonaro bradou (9/12) para quem quisesse ouvir: “Não estupro você, porque não merece”. Uma frente

de quatro partidos (PT, PCdoB, PSOL e PSB) entrou (10/12) com representação contra o deputado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara pedindo a cassação de seu mandato, acusando-o de quebra de decoro. Nas internet também proliferaram protestos ao parlamentar, e uma petição pela sua cassação havia reunido mais de 75 mil assinaturas em dois dias.

REPRODUÇÃO



## Fábrica de alunos

Annúncio da Prefeitura do Rio de Janeiro publicado (1/12) em página inteira no jornal *O Globo* comparou com orgulho a escola a uma fábrica, na qual crianças fazem parte de uma linha de produção, e revoltou educadores e demais defensores da educação como direito à diversidade. O anúncio (foto) é ilustrado com alunos sentados em carteiras que rolam sobre uma esteira movida por engrenagens e diz: “Nossa linha de produção é simples: construímos escolas, formamos cidadãos e criamos futuros”. Trazendo à tona a concepção taylorista/fordista do início do século 20, orientada pela produção em série, a Prefeitura acaba por assumir a escola como uma fábrica de formatar crianças e jovens. “O que pretendem é uniformizar o processo pedagógico e tirar a alma das escolas. Essa é uma concepção de educação que não nos serve”, escreveu em sua página no Facebook o professor de História Tarcísio Motta, candidato ao governo do estado do Rio pelo PSOL, nas últimas eleições. “Uma escola na Ilha do Governador é diferente de uma escola na Pavuna, diferente de uma escola no Méier, no Leblon. Quando a escola recebe um projeto de cima para baixo, fica engessada e não pode transformar a realidade, porque ela não consegue se apropriar daquela realidade em seu dia a dia escolar”.



# As caras da injustiça ambiental

*Evento destaca populações atingidas por conflitos territoriais como sujeitos de resistência, não como objetos de pesquisa*

Bruno Dominguez

**A** injustiça ambiental tem cara. A de Antônio Filho, morador do bairro de Piquiá de Baixo, em Açailândia, Maranhão, destruído a partir da instalação de indústrias siderúrgicas ao redor das casas da comunidade. Ou a de Patrícia Generoso, de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, por onde passa um mineroduto de 525 quilômetros. Ou as de tantos outros atingidos por projetos que opõem desenvolvimento, justiça ambiental e saúde (ver relatos na pág. 14). Essas caras foram apresentadas no 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (Sibsa), organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em outubro, em Belo Horizonte. O encontro teve como marca a articulação da academia com os movimentos sociais, reconhecendo os envolvidos em conflitos territoriais não como objetos de pesquisa, mas como sujeitos de resistência.

Da abertura do simpósio à aprovação da *Carta de Belo Horizonte* (ver box na pág. 17), a interação entre ciência e saber popular foi destaque. O presidente do 2º Sibsa, Hermano Castro, diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), ressaltou que essa articulação é fundamental para se ter “um só corpo na defesa intransigente da vida, especialmente em um país em que o capital avança sobre a natureza, os bens naturais são precificados e retirados das populações e a sustentabilidade dos ecossistemas sucumbe”.

## INOVAÇÃO E NECESSIDADE

Os movimentos sociais não participaram do evento somente como convidados falando em mesas-redondas, mas também na organização e na comissão científica. “É uma inovação, um sonho e uma necessidade para entendermos integralmente o processo de desenvolvimento social com as populações que são sujeitos dele”, ressaltou Hermano.

O diretor da Ensp apontou as implicações do atual modelo para a saúde: interfere na determinação saúde/doença, levando a adoecimento e morte, especialmente de grupos mais vulneráveis — indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, camponeses e camponesas, trabalhadores e

Mobilização por direitos: injustiça ambiental e suas consequências pela ótica dos que vivem nos territórios

FOTO: MARCELO CRUZ

**NOSSA**



**LUTA É POR MORADIA E SAÚDE.**

Hermano (E): articulação entre academia e movimentos sociais é fundamental na “defesa intransigente da vida”; Leroy: “grito” para que ninguém se encontre na condição de atingido



FOTOS: DIVULGAÇÃO / ABRASCO



trabalhadoras de baixa renda, moradores e moradoras das zonas de sacrifício no campo, nas florestas, nas águas e nas cidades.

O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, reforçou que saúde e ambiente são temas simbióticos. “Não se pode pensar saúde e ambiente como questões desconectadas, pois ambos sofrem as consequências perversas do modelo de desenvolvimento e do processo de organização da produção e do trabalho”, disse.

Daí surge a necessidade de se colocar a saúde no centro do modelo, tarefa que a Fiocruz tem levado à frente, como ele apontou, especialmente nos debates da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 (*Radis* 118 e 121), e na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*Radis* 113, 121, 127 e 147). “Os indicadores da saúde qualificam a medição de um desenvolvimento sustentável e trazem no seu bojo as noções de direito e de políticas sociais”.

## O GRITO DA JUSTIÇA AMBIENTAL

Sobre a desterritorialização gerada pelos casos de injustiça ambiental, falou o filósofo francês Jean Pierre Leroy, integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e assessor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), na conferência *Direitos, justiça ambiental e políticas públicas*. Nas palavras dele, justiça ambiental deve ser encarada mais do que como uma definição conceitual: “É um grito”.

Trata-se da afirmação de algo que interpela toda a sociedade: não se pode pensar um futuro sem que o meio ambiente seja parte da vida. “É um grito, uma luta travada para que ninguém se encaixe na condição de atingido, partindo dos que não aceitam ser eliminados e silenciados pelo injusto modelo de desenvolvimento do capitalismo. É um clamor daqueles que sabem que seus modos de viver e de se relacionar com o ambiente não são parte do problema, mas da solução”.

Jean Pierre tratou os territórios como espaços das tradições, onde se pode encontrar esperança para um futuro sustentável, dada a ligação profunda dos povos com a natureza. As ameaças são a agricultura industrial, os latifúndios monocultores

e os grandes empreendimentos, que avançam pelo país, gerando desterritorialização e desapropriação, com respaldo governamental, em nome do crescimento econômico.

Na reflexão do filósofo, a desterritorialização não é apenas física, mas também simbólica. “Quando povos são expulsos de seus territórios, eles perdem mais do que a posse da terra; perdem o que têm de mais profundo: suas raízes”, disse, indicando como exemplo a destruição de uma cachoeira sagrada para os Munduruku com vistas a se construir uma barragem no rio Tapajós.

“Quando se fala em desterritorialização de povos tradicionais, alguns dizem: ‘são apenas dez famílias atingidas aqui e dez ali; o que representam diante do tamanho das nossas cidades?’ Porém, ao cortar raízes, corta-se junto a possibilidade de continuar um projeto de vida de integração profunda com a natureza”, argumentou. Essas vidas perdem o sentido: passam a ser “vidas em suspenso” ou “vidas não reconhecidas”, na definição do pesquisador.

## ‘NEOEXTRATIVISMO’

Jean Pierre lamentou que o extrativismo seja a sina do Brasil. Ele classificou o período atual de *neoextrativista*, traduzido como o mesmo de outrora com a diferença de ter sido apropriado pelo Estado com o objetivo de servir ao capital. “Um Congresso dominado pelo agronegócio quer concentrar o poder de decidir onde indígenas podem ficar”, observou.

O filósofo fez ressalvas: essas práticas não são de um governo ou de outro, e sim práticas de Estado, inseridas em um contexto internacional. “O capital financeiro não conhece fronteiras e não está submetido a nenhum tipo de controle democrático”, avaliou, defendendo um projeto com saúde ambiental em dimensão global.

O desafio, indicou, é que esse projeto seja assumido pelos cidadãos das cidades, que muitas vezes perdem de vista que suas vidas têm ligação com o que acontece no campo. Um projeto não dos bens comuns, mas dos comuns, que escapa das noções de lucro, bens e mercado e prioriza a sintonia da população com a natureza. O que emperra a transformação é o que o médico equatoriano Jaime Breilh chamou de “economia da morte”, na conferência *A função social da ciência, ecologia*

de saberes e outras experiências de produção compartilhada de conhecimentos. A economia da morte baseia-se, segundo ele, na convergência de capitais para fomentar o uso produtivista das tecnologias, na desapropriação e nos processos de pilhagem, e no que a jornalista canadense Naomi Klein classificou como *shock*: o aproveitamento de crises e eventos adversos, como o furacão Katrina, para fazer reformas impopulares.

Para além dos agrotóxicos e do uso insalubre da nanotecnologia, Breilh indicou que novas tecnologias de comunicação e informação geram novas toxicidades: “A comunicação contribui para modificar o espaço social onde se operam os impactos do sistema, com toxicidade cibernética, que leva a conflitos sobre identidade, subjetividade, privacidade, sociabilidade e desenvolvimento neurocomportamental”. Assim, defendeu que as iniquidades não se dão somente pelos modos de produção, mas por uma organização material da vida calcada na acumulação, que gera solidão para perpetuar o consumismo.

### CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS

Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (Cesteh), da Ensp, e coordenador do Mapa da Injustiça Ambiental, Marcelo Firpo explicou que os conflitos ambientais são expressão da disputa por territórios e diferentes cosmovisões de economia, trabalho, natureza, vida e saúde. Eles envolvem comunidades atingidas, movimentos sociais, organizações solidárias, os produtores dessas violências e o Estado — que, segundo ele,

funciona como elemento chave na geração das injustiças. Relatora da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), Cristiane Faustino apontou que o poder público opera criando consenso social da importância de projetos de desenvolvimento.

“Os grandes empreendimentos demandam territórios, biodiversidade e água, mas não ocupam territórios vazios. Os territórios são habitados por pessoas de carne, osso e sentimento. E a vida ali instituída tem relação com o que no lugar existe”, observou. O mais violento, na avaliação dela, é justamente o poder de decidir com quem fica a posse de um território, por alguns poucos sujeitos, com maior poder político e econômico, acostumados a ditar as regras do jogo. “Os conflitos não estão descolados da estrutura patriarcal, racista, adultocêntrica, sexista, heteronormativa”, enumerou.

Firpo reforçou que os conflitos têm relação direta com o modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado em poderio de transnacionais, mercantilização da vida e da natureza, produtivismo e consumismo, o que alguns chamam de *crescimentismo*. Ele apontou, no entanto, um aspecto positivo: a construção de resistências e alternativas. “Os conflitos ambientais têm potencial dinâmico, revelador, emancipatório, na medida em que permitem a emergência e a articulação para o enfrentamento desse modelo hegemônico”. Cristiane fez importante ressalva: “Mesmo quando não há resistência explícita à desterritorialização, há conflito. Pode ficar no nível do *não dito*, mas há conflito”.

Índios Munduruku e a luta contra barragem no rio Tapajós: desterritorialização de povos tradicionais e “vidas em suspenso”



# Ameaça à Serra do Gandarela

## SAIBA MAIS

Águas do Gandarela  
[aguasdogandarela.org](http://aguasdogandarela.org)

**M**aria Teresa, a Teca, mudou-se para Caeté, na região metropolitana de Belo Horizonte, para levar uma “vida alternativa”, à beira de um santuário natural, a Serra do Gandarela. (MG) Mas, em 2006, leu nos jornais as primeiras notícias de que sua cidade abrigaria a maior mina a céu aberto do país.

Integrante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Teca logo buscou mais informações sobre o projeto na Fundação Estadual de Meio Ambiente e encontrou diversas tentativas de empresas de conseguir autorizações ambientais de funcionamento para mineração de ferro no local.

Uma luta até então individual se tornou coletiva quando ela se uniu a outras pessoas igualmente preocupadas com a possível destruição da região, que guarda a segunda maior área contínua de Mata Atlântica de Minas Gerais e um grande reservatório natural de água. Em 2009, moradores de Caeté, Raposos, Santa Bárbara, Rio Acima e Belo Horizonte fundaram o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

As metas eram, primeiro, evitar a instalação da mina Apolo e, depois, proteger os recursos naturais por meio da criação de um Parque Nacional, que abriga cavernas com vestígios de sítios arqueológicos. Um ano depois, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) oficializou a proposta do parque, englobando parte dos municípios mineiros de Barão de Cocais, Caeté, Santa Bárbara, Rio Acima, Raposos, Itabirito e Ouro Preto.

## PEDRA NO SAPATO

“Em contraponto, os aliados da mineração, como o então secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Adriano Magalhães, já tinha preparado um mosaico de unidades de conservação no entorno, que excluía a Gandarela”, relatou Teca. Ainda segundo ela, a Vale quis explodir uma cava usada como toca por animais já extintos para testar minério e destruir o valor histórico do local. “Era para tirar da frente o que poderia ser uma pedra no sapato”, apontou.

Depois de uma série de consultas públicas, em 13 de outubro de 2014, foi publicado decreto presidencial criando o Parque Nacional da Serra do Gandarela, como unidade de conservação federal. Boa notícia? Não, na avaliação dos moradores: os 31 mil hectares de parque e 1.712 pontos de preservação não protegem a serra, deixam fora grande parte do patrimônio, especialmente em relação à água, e abrem espaço para a instalação das minas Apolo e Baú, conforme relatam.

“O processo desconsiderou nossa caminhada de sete anos e levou a esse monstrego”, lamentou Teca. “O que tem nos mantido firmes é a certeza que vem da alma”. Segundo Teca, a luta continua para ter um parque nacional tal qual a comunidade exigiu e evitar que tamanho patrimônio se transforme na nova Carajás, referindo-se àquela que é considerada a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, no Pará. (B.D.)

Abraço à Serra do Gandarela: defesa de um santuário natural sob a mira da mineração de ferro



# A dor da resistência em Conceição do Mato Dentro

"Eu não sou atingida, eu sou massacrada". É assim que a advogada Patrícia Generoso se define, diante da resistência inglória ao Projeto Rio-Minas, que incluiu a construção de uma tubulação de 529 quilômetros ligando a mina da sua cidade, Conceição do Mato Dentro (MG), ao Porto do Açu, em São João da Barra (RJ). O que é hoje o maior mineroduto do mundo, usado para o transporte de minério de ferro, atravessa 33 municípios mineiros e fluminenses. A cidade de Patrícia, com 18 mil habitantes e a 167 quilômetros de Belo Horizonte, estava no começo do caminho.

"A empresa responsável explicou que mineroduto era um canozinho. As pessoas na cidade achavam que seria da espessura de uma mangueira até que chegaram as máquinas para passar canos enormes", relatou ela, que logo se engajou na luta contra a destruição do lugar. "Não tínhamos experiência de resistência, porque morávamos no paraíso".

Era 2008 quando a Anglo American Brasil conseguiu financiamento para a obra com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), antes mesmo de obter licenças e quando a mina ainda estava em fase de estudos — "porque era interesse dos governos", na opinião de Patrícia. A licença acabou saindo, apenas com coordenadas geográficas do trajeto, impossibilitando que se compreendesse totalmente o projeto. "Não dizia nem

o nome dos municípios por onde passaria, quanto mais o das pessoas que seriam atingidas", relata.

## PROCESSO DE VIOLÊNCIA

"Para aplacar a resistência, chegou à cidade uma palavra que nunca se falava: inevitável", conta Patrícia. E não se conseguiu evitar: seu Ary passou a viver ao lado de um alojamento com 5 mil trabalhadores; dona Vilma deixou de pegar água e lavar roupas no córrego que passava perto de sua casa — a água ficou com aspecto enlameado. Mais de 30 famílias precisaram conviver com o risco de morar abaixo de uma barragem de rejeitos ambientais de 85 metros de altura. A empresa de engenharia diz que é seguro, mas a comunidade tem medo de que desabe.

Conceição do Mato Dentro, que segundo ela não tem sequer escola, hoje é a cidade com mais alto índice de mães solteiras do estado. A obra do mineroduto trouxe também sucessivos registros de trabalho escravo. Os que resistiram foram criminalizados e processados, incluindo a própria Patrícia.

"Ninguém avalia o risco de não se ter mais boas perspectivas de vida, que consome a gente de uma forma que eu não consigo entender que seja possível", observou ela, emocionada. "É um processo de violência, do qual não se sai inteira. Mas se eu não tivesse me dedicado a essa luta, não teria entendido a imoralidade disso tudo". (B.D.)

## SAIBA MAIS

Vídeo – 'Conceição: guarde nos olhos'  
[www.youtube.com/watch?v=KLxQjBsvQdo](http://www.youtube.com/watch?v=KLxQjBsvQdo)

Os grossos canos que compõem o mineroduto: projeto foi anunciado à população como um 'canozinho'



FOTO: OBSERVATÓRIO DO PRÉ-SAL

# Nuvem cinza em Açailândia

## SAIBA MAIS

### Justiça nos Trilhos

[www.piquiadebaixo.org](http://www.piquiadebaixo.org)  
[justicanostrilhos.org](http://justicanostrilhos.org)

Em Piquiá de Baixo, bairro de Açailândia, no Maranhão, poluído desde a instalação de usinas de ferro gusa em uma área residencial, em meados dos anos 1980, a resistência de quase uma década está prestes a ter um resultado final. Os 1.115 moradores serão em breve reassentados em um novo bairro, longe da nuvem de pó de ferro que sai de 14 altos-fornos. “Em dez anos, tivemos mortes e doenças por poluição, fuligem, que contamina a vida das pessoas”, contou Antônio Filho.

Em 2007, a comunidade se mobilizou e começou a luta para proteger sua saúde. “O discurso da indústria era de que ali funcionava um polo industrial e portanto não deveria haver pessoas morando no entorno. Mas as pessoas chegaram antes”. As empresas se negavam a negociar até que houve ampla divulgação do caso de Piquiá. Organizações de defesa dos direitos humanos, como a Federação Internacional dos Direitos Humanos, a Rede Justiça nos Trilhos e a Justiça Global, publicaram relatório denunciando os impactos sofridos.

No processo, pensou-se em soluções paliativas: permanecer no bairro e instalar filtros para diminuir a nuvem cinza que sai das usinas ou fechar

o britador. “Concluimos que não era possível a convivência de pessoas naquele local, mesmo sem se ter mais fuligem”, relatou Antônio, referindo-se ao barulho das termelétricas e a um trem de carga que passa pelo bairro a cada 40 minutos com *buzinaço*.

## NOVA LOCALIDADE

Em 2008, a associação de moradores consultou a comunidade e 95% optaram pelo reassentamento coletivo em uma nova localidade, livre da contaminação. Em 2011, o município se responsabilizou por efetuar a desapropriação de um terreno no qual deverá ser construído o novo bairro e as empresas siderúrgicas, pela indenização do terreno desapropriado, em um Termo de Compromisso de Conduta (TCC).

O Programa Minha Casa Minha Vida está garantindo 62% do total necessário para a obra, a Fundação Vale, 16%, e o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (Sifema), 5%. O projeto urbanístico já está pronto, formulado com a participação da comunidade. Mas ainda faltam recursos para que finalmente possam respirar. (B.D.)

Resistência em Piquiá de Baixo, Açailândia: após dez anos, 1.115 moradores serão assentados em novo bairro



# Carta Política

O 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, reunido em Belo Horizonte, Minas Gerais, entre 19 e 22 de outubro de 2014, teve como tema central *Desenvolvimento, conflitos territoriais e saúde: ciência e movimentos sociais para a justiça ambiental nas políticas públicas*. Foram cerca de 477 participantes, com a apresentação de 363 trabalhos entre relatos de experiências e estudos científicos. Reconhecendo a importância do diálogo entre diferentes saberes, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), convidou importantes movimentos sociais, inseridos na luta pela justiça ambiental, como parceiros dessa construção.

Avaliamos que a violação dos direitos à vida digna tem sido acelerada e aprofundada pela inserção subordinada do Brasil na ordem capitalista internacional, na medida em que ecossistemas e territórios de vida das populações são abertos para a espoliação dos bens comuns, da biodiversidade e do trabalho por grandes corporações nacionais e transnacionais, produtoras de commodities agrícolas e minerais. O Estado se volta para disponibilizar financiamentos e infraestrutura para o lucro desses empreendimentos, além da modificação e flexibilização de legislações ambientais e territoriais como o Código Florestal, a demarcação de terras indígenas (PEC 215), o marco regulatório da mineração e o licenciamento ambiental. Mais ainda, o Estado assegura a legitimação simbólica deste modelo de desenvolvimento, pretensamente justificado pelo *progresso* e pela geração de empregos.

Nesse contexto, expande-se a produção de soja, agrocombustíveis, carnes, celulose, frutas, minério de ferro e aço, entre outros produtos de baixo valor agregado, que demanda energia de várias fontes, tais como hidro e termoelétrica, nuclear, eólica e de petróleo. Estes processos produtivos geram grandes impactos que atingem especialmente comunidades tradicionais e etnias, como também grupo urbanos, produzindo numerosos e violentos conflitos territoriais em torno do acesso, do uso e apropriação da terra e bens da natureza, ameaçando suas diversas formas de reprodução da vida.

Como agravante, o privilégio atribuído aos direitos de propriedade em detrimento da vida e dos direitos humanos, ao invisibilizar comunidades, territórios, culturas e valores que se contrapõem aos interesses do mercado, compromete as possibilidades de soberania dos povos e de emancipação social.

Estas desigualdades e injustiças

ambientais compõem a determinação social do processo saúde-doença que se manifesta em perda da soberania e segurança alimentar e hídrica, contaminação da água, do ar e do solo, além de produzir doenças como câncer, malformações congênitas, intoxicações, agravos pulmonares e neurológicos, tristeza, depressão, suicídio e assassinatos.

Estas questões trazem elementos para a crítica aos paradigmas e racionalidades hegemônicas da biomedicina, da biotecnologia e da epidemiologia clássica, e o resgate e atualização do debate teórico e político que fundou a Medicina Social Latino Americana e a Saúde Coletiva. Neste sentido, a Saúde & Ambiente vem tendo um rico diálogo com vários campos de conhecimentos e práticas, e avança tanto na compreensão do modelo hegemônico de desenvolvimento econômico como de alternativas de produção de conhecimentos que incorporem as populações e movimentos sociais como sujeitos coletivos, com seus saberes e projetos de sociedade.

O 2º Sibs constituiu-se num espaço importante de experimentação do diálogo entre os saberes de pesquisadores e profissionais da Saúde & Ambiente e os dos sujeitos dos territórios afetados por conflitos ambientais e movimentos sociais. Essa pedagogia, alimentada também por experiências como o III Encontro Nacional de Agroecologia, está ancorada numa práxis que articula representantes de movimentos sociais na comissão científica e na comissão organizadora, e no instigante Fórum de Diálogos de Saberes. Lógica que passou também pela programação

cultural e por parcerias com movimentos como a justiça ambiental, a agroecologia, a economia solidária, soberania alimentar, os direitos humanos e o feminismo.

Esse processo possibilita instigar pesquisadores, professores, militantes sociais e profissionais de saúde a adotarem novas práticas de produção de conhecimento e de vigilância em saúde, fortalecendo as lutas associadas aos conflitos ambientais.

O Estado brasileiro não tem formulado políticas públicas que respondam às necessidades decorrentes desse cenário. Deste modo, podemos identificar os seguintes problemas: insuficiência dos investimentos que garantam serviços públicos de qualidade; baixa qualidade da oferta e falta de acesso aos serviços públicos básicos de forma universal e intersectorial; serviços prestados por trabalhadores em sistema de vínculos precários e alianças com a iniciativa privada expressa nos diversos modos da privatização dos serviços públicos.

O contexto da acumulação por espoliação e seus impactos, ocultado sob o manto do mito do desenvolvimento, se caracteriza pela desigualdade na distribuição do bônus e ônus do progresso.

O 2º Sibs reafirma que a ciência emancipatória exige estreita articulação entre os saberes produzidos na academia e aqueles oriundos nos diversos grupos e movimentos sociais. Convocamos todos a se organizarem em resistência a esse modelo e em defesa de políticas públicas que garantam direitos humanos e a vida.

*Belo Horizonte, 22 de outubro de 2014*



Reunião de planejamento do 2º Sibs: movimentos sociais participam da organização e comissão científica

FOTO: OBSERVATÓRIO DO CAMPO, FLORESTA E ÁGUAS

# As vozes das comun

## Evento discute biodiversidade, inovação e saúde e sua relação com populações negligenciadas

Adriano de Lavor

**B**iodiversidade, inovação e saúde foram os temas que nortearam as discussões propostas pelo 1º Seminário Tecnologias Sociais, promovido pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz (CPqGM/Fiocruz Bahia), em parceria com a Secretaria estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), que aconteceu em Salvador entre 4 e 6 de novembro. O objetivo do evento era ampliar a interação e o debate social em torno das tecnologias sociais, reunindo representantes da sociedade civil, gestores públicos e especialistas, em uma programação que combinou conferências, debates e relatos de experiências, e que situou a temática dentro do contexto das comunidades tradicionais.

O seminário dialogou com outros eventos da 8ª edição do chamado *Novembro negro* no estado, movimento que homenageia a memória de Zumbi dos Palmares, e teve sua relevância destacada por Manoel Barral, diretor da Fiocruz Bahia, que destacou a importância em centralizar os debates nas questões relacionadas às populações tradicionais, normalmente negligenciadas do ponto de vista das políticas públicas. Maria Teresa Gomes do Espírito Santo, coordenadora executiva de Políticas para as Comunidades Tradicionais (CPCT) da Sepromi, ressaltou que é possível promover a inclusão destas populações através da articulação de vários setores da sociedade, apontando como essencial discutir as questões propostas pelo Projeto de Lei 7735/2014, que regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica e dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, além da repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

### MAIS DO QUE VARIEDADE

Boa parte destes temas foi aprofundada pela engenheira florestal Ângela Maria da Silva Gomes, doutora em geografia e integrante do Conselho Nacional de Política de Igualdade Racial, na conferência “Biodiversidade e ecoafricanidade: saberes e tecnologias sociais”. A pesquisadora criticou o uso que se dá ao conceito “biodiversidade”, considerando que a ciência moderna o faz de modo incompleto, equiparando-o à ideia de homogeneidade. Para haver biodiversidade, esclareceu, é necessário, além de variabilidade de seres vivos, boa quantidade

deles – situação que nem caracteriza os zoológicos e nem as monoculturas, por exemplo. Ela explicou ainda que o ambiente da biodiversidade também exige variedade genética, já que o código genético das espécies pode se modificar a partir da sua interação com o contexto. “Deveríamos ouvir mais a antropologia e menos a hereditariedade” orientou.

“A quem pertence a biodiversidade e o uso sobre ela? Ao Estado? Às multinacionais farmacêuticas e de cosméticos? ou aos povos tradicionais que a conservaram ao longo da história?”, questionou Ângela, lembrando que alta biodiversidade será sempre garantia de equilíbrio do ambiente, o que por sua vez é sinônimo de baixa incidência de doenças. É que a variedade de espécies confere ao sistema maior resistência às “pequenas perturbações”, além de maior capacidade para se renovar e se regenerar sem a ajuda do homem, explicou.

A pesquisadora criticou a visão que considera “mato” qualquer ambiente natural que não tenha sido planejado pelo homem, e que é resultante de vários fatores: da cultura antropocêntrica e civilizatória europeia, segundo a qual a natureza teria como função exclusiva servir ao homem; da ciência, que explica o mundo em partes, separando homem e natureza; da ideologia capitalista, que enxerga a natureza como mercadoria; e da crença na globalização, que almeja a criação de seres vivos iguais, negando complexidade genética e divisão histórica, dentre outros fatores – como a negação de outras matrizes culturais e a defesa de que aquilo que é limpo e moderno está ligado necessariamente ao cimento e ao asfalto, destacou Ângela.

“A biodiversidade é uma questão política”, defendeu. Segundo ela, está em curso uma neocolonização que se legitima com práticas de “sequestro do saber” – apropriação científica de conhecimentos tradicionais – discursos promotores das biotecnologias e investimento em um tipo de agricultura química, onde “seres vivos têm sido manipulados para que algumas espécies sobrevivam sozinhas”, criticou.

### CRISE ECOLÓGICA RACISTA

Ela salientou que discursos coloniais sempre se apoiaram nas ciências, citando como os colonizadores portugueses se apropriaram, no Brasil, de saberes que vieram da África e investiram na nomeação de espécies, em um processo que definiu como “taxonomia do poder”. Ângela advertiu que também é possível encontrar traços de racismo na definição das causas da chamada

# Comunidades tradicionais

Nos quintais, os saberes tradicionais valorizados: Estado deve considerar as comunidades como sujeitos de direito



“crise ecológica” dos anos 1980, que responsabilizava os pobres, quando na verdade eram resultado de modelos tecnológicos de consumo e de desenvolvimento irresponsável.

Um dos reflexos desta realidade, apontou Ângela, é a transformação da agricultura em campo artificial de consumo de agrotóxicos, tratores e tecnologias, sob a alegação do aumento da produção de alimentos e combate à fome. “De fato, a produção de alimentos aumentou; mas e por que a fome continua?” Ela afirmou que os alimentos deixaram de ser fonte de energia para se transformarem em fontes de especulação e defendeu a necessidade de se promover uma visão sistêmica da realidade: “Os problemas sociais não se separam dos problemas ambientais”, afirmou.



Ângela considera que biodiversidade é uma questão política e denunciou o 'sequestro de saberes' das comunidades tradicionais

Neste contexto, a pesquisadora chamou atenção para as contribuições de matriz africana, como as práticas de etnomedicina e demais sistemas de cura, agroecologia e cosmovisão. Ela disse acreditar que a biodiversidade está relacionada aos espaços de referência identitária onde são cultivados sistemas vivos, como os quintais de vilas e favelas e as roças de candomblé. “É preciso reconhecer estas tecnologias sociais de matriz ecoafricanas como saberes urbanos migrantes de revegetação ecológica”, acentuou. Nestes espaços (os quintais e as roças), explicou, há aproveitamento de solo e valorização e conservação de variadas espécies nativas, construindo um verdadeiro sistema de biodiversidade urbana.

### POTENCIAL

A discussão sobre acesso ao patrimônio genético, aos conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios foi abordada pela bióloga Beatriz de Bulhões Mossri, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Doutoranda em Política Científica e Tecnológica na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ela chamou atenção para a grande diversidade representada por mais de 2 milhões de espécies no planeta – das quais cerca de 20 mil ainda não são conhecidas – e seu potencial na produção de substâncias para uso farmacêutico, têxtil, alimentar, biotecnológico, entre outros usos. “Toda essa riqueza representa potencial para pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e de

patentes”, ressaltou. Neste contexto, o Brasil aparece como detentor de 13% da biodiversidade mundial, também rico pelo grande número de comunidades tradicionais e povos indígenas.

Beatriz citou alguns marcos legais na área: a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), estabelecida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) e assinada por mais de 160 países, que se estrutura sobre três bases principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos; além disso, determina que haja consentimento prévio da parte provedora dos recursos e que a exploração deve ser negociada por ambas as partes.

Ela também citou o Protocolo de Nagóia, assinado em 2010, mas que continua sem a ratificação do Brasil (já que seu texto permanece em tramitação no Congresso Nacional, onde é criticado pela bancada da agricultura) e o projeto de lei 7735/2014, também em tramitação, que simplifica as regras para pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas ou tradicionais sobre eles. Ela explicou que atualmente o acesso é regulado pela medida provisória 2.186/2001, que determina que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) é responsável pela autorização prévia para o início das pesquisas. A pesquisadora destacou a necessidade de desburocratização do sistema, permitindo haver um maior estímulo à pesquisa no país.

### DIVERSIDADE DISTANTE

Sobre o assunto, o advogado Júlio Rocha, professor de Direito Ambiental no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, declarou que o governo brasileiro não sabe lidar com a diversidade étnica e social. Ele defendeu que trabalhar a repartição de responsabilidades é trabalhar a equidade, e questionou: “Quem são os injustiçados e vulneráveis de hoje?” Para o pesquisador, são as vítimas das injustiças ambientais.

O cacique tupinambá Ramon Souza Santos, representante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, defendeu o direito de estas populações permanecerem nos territórios tradicionais de manguezais e praias, para continuar mantendo a biodiversidade e a qualidade de vida do ecossistema local. Ele citou a importância da preservação dos conhecimentos tradicionais e criticou a “curiosidade invasiva” e a especulação imobiliária em torno do território onde seu povo vive – na região de Ilhéus, litoral Sul baiano. “Eles vêm devastando a mãe terra com autorização dos municípios e sem consulta dos povos”, denunciou.

Ramon reclamou que as comunidades só têm o poder consultivo, mas nunca com autoridade de embargar obras ou desmatamentos. Além disso, segundo ele os índios nunca são convidados a participar da elaboração de leis. “Quando a gente vai saber, já está tudo pronto”. O cacique informou que eles somente são escutados quando promovem manifestações e reclamou do processo de criminalização das lideranças, além de cobrar maior empenho para que se valorize a medicina tradicional indígena.



Professor universitário e músico, Rubens Gomes, presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (Rede GTA), que opera em casos de quebras de patentes com a finalidade de proteção ao conhecimento das comunidades na região, destacou a dificuldade que o país enfrenta em implementar os acordos internacionais de proteção à biodiversidade. Para ele, as empresas sempre têm pressa ao defender seus pontos de vista, já que as decisões nessa área repercutem nos lucros. “Como movimento social, precisamos nos proteger”, afirmou, destacando que a estratégia desses grupos é preparar as comunidades para o comércio e não para a preservação. “Nossa relação com o mercado é necessária, mas não é prioridade; nossa prioridade é a proteção do território”, declarou. Rubens defendeu que o Estado precisa considerar as comunidades como sujeitos de direito de fato, respeitando o princípio de consentimento livre, prévio e informado, sugerindo a criação de comitês gestores dos protocolos comunitários, para que as pessoas possam ser escutadas e interferir nos processos.

### EXPERIÊNCIAS

O seminário também contou com um espaço de compartilhamento de experiências institucionais em tecnologias sociais, que reuniu trabalhos na área de desenvolvimento social, economia solidária, cooperação social, gestão de redes e comunicação. A tecnóloga em desenvolvimento social Lilian Cristina Coelho apresentou as ações desenvolvidas pelo projeto *Meu bairro tem história e eu tenho futuro* em Uberaba (MG), capitaneado pelo Instituto Agronelli e que trata de formação cidadã e construção da cidadania (ver *matéria na pág. 2*); Ananias Viana, agente de desenvolvimento em economia solidária da região do Recôncavo Baiano, enfatizou, em sua apresentação, o crescimento do turismo étnico na região, que valoriza a cultura dos povos tradicionais, e promove a sustentabilidade dos habitantes locais.

Também foram apresentadas experiências realizadas pela Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz na região de Manguinhos, na cidade do

Rio de Janeiro – apresentadas pelo seu coordenador, José Leonídio Madureira – além das ações de combate ao racismo institucional em rede protagonizadas pela Rede Kôdya, representada no evento por sua coordenadora nacional, Ana Placidino, e de comunicação, que contou com apresentação da experiência da revista *Radis*.

### SEM COMUNICAÇÃO, SEM SAÚDE

A sessão dedicada às experiências institucionais de comunicação reuniu a enfermeira Emanuelle Góes, o cineasta Pola Ribeiro e o jornalista Adriano De Lavor. Integrante do Instituto Odara (que trabalha com questões relacionadas a gênero e raça, direitos sexuais e reprodutivos, entre outras questões), Emanuelle relatou a experiência de produção de conteúdo no blog *População Negra e Saúde*, espaço que desde 2011 já atraiu a visita de mais de 30 mil internautas e que oferece material diversificado como notícias, denúncias, além de monitoramento e fiscalização de políticas públicas.

Pola Ribeiro defendeu a importância da regulação da Comunicação Social no país, destacando a Saúde como o setor que melhor compreende a necessidade dessa regulação. Ele reivindicou o uso melhor orientado das TVs públicas para as políticas sociais, declarando que o Estado brasileiro não se comunica, apenas faz propaganda, e criticando o uso que hoje se faz destes espaços: “Hoje as TVs públicas nem são da sociedade, nem são do Estado. São híbridas, por terem que concorrer com as TVs comerciais”, opinou. Subeditor da Revista *Radis*, Adriano De Lavor reafirmou o compromisso da publicação com a consolidação do SUS, destacando não ser possível assegurar o direito constitucional à saúde universal, equânime e integral sem o concurso e a garantia da comunicação. Além disso, defendeu o diálogo e a visibilidade como questões fundamentais para a comunicação: “Quem não é visto e não é escutado não é levado em consideração, seja na condução das políticas públicas, seja na proposição de demandas”, afirmou. 

Rubens Gomes, Beatriz Mossri e Cacique Ramon discutiram a relação entre diversidade biológica e patrimônio genético



# RELAÇÃO DE

## *Marca do sistema de radiodifusão brasileiro, coronelismo eletrônico expõe elos entre políticos e a mídia nacional que emperram o processo democrático*

Liseane Morosini

**A** relação visceral de clientelismo entre políticos e os meios de comunicação esteve no centro do debate *Coronelismo Eletrônico: teoria e prática política no Brasil*, ocorrido em novembro de 2014, na Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A expressão, criada por acadêmicos no final da década de 1970, descreve prática anterior a esta data e procura explicar o vínculo existente entre os grupos familiares das elites políticas locais ou regionais, os meios de comunicação e os diversos interesses político-partidários. Longe de ter ficado no passado, o fenômeno ainda hoje se faz presente – e se manifestou fortemente nas últimas eleições. “Ele permanece porque o sistema privado de mídia no Brasil é controlado e tem várias distorções que são antidemocráticas”, explicou o professor Venício

Arthur de Lima, da Universidade de Brasília (UnB), que vê a atualidade do fenômeno dentro de um contexto maior. “O coronelismo eletrônico faz parte da constituição da cultura e da prática política, da nossa história social e econômica. Ele parte do pressuposto que a mídia, com seu controle, desempenha papel preponderante no processo político. Como o espaço público é dominado pela mídia, não há nenhum interesse em qualquer mudança na situação. Esse ciclo vicioso reproduz a situação anterior a cada novo Congresso que é eleito”, disse, lembrando que o artigo 54 da Constituição Federal proíbe que deputados e senadores sejam diretores ou tenham cargos remunerados em empresa concessionária de serviço público, caso das rádios e televisões, e o artigo 55 pune com a perda do mandato quem descumprir o artigo anterior. Contudo, nenhum dos dois artigos têm tido efeito na prática.

Suzy dos Santos, professora do Grupo de



# INTERESSES

Pesquisas Políticas em Economia da Informação e Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEIC/UFRJ), afirmou que as concessões de radiodifusão sempre foram uma forma de presentear ou compensar o bom comportamento do mercado. Segundo ela, este mecanismo de atuação pode ser demonstrado por meio de uma carta da Rádio Mayrink Veiga, enviada ao então ministro da Viação e Obras Públicas Amaral Peixoto, em 1959. A carta informava que a rádio estaria a serviço da campanha eleitoral da presidência da república, de forma “espontânea e desinteressada”, por determinação do presidente da emissora. Segundo a professora, mesmo que a relação de compadrio estivesse presente desde o nascimento da radiodifusão brasileira, o mercado de comunicações, especialmente até o final da década de 1970, era ainda muito incipiente. E isso fez toda a diferença na forma como o coronelismo eletrônico era exercido: um modo de operar do sistema de radiodifusão, baseado num sistema de trocas entre figuras e grupos oligárquicos. O governo Figueiredo (1979-1985), por exemplo, foi um praticante do método ao utilizar as concessões como moeda de barganha política.

“Economicamente, era um mercado bastante rico e que se fortaleceu muito nos anos 1970. Nos

anos 1980, a escolha de Antonio Carlos Magalhães como o primeiro ministro das Comunicações do período democrático é um marco, por ter sido oficialmente pautada pelo então presidente José Sarney [1985-1990] e pelo próprio Roberto Marinho, das Organizações Globo. É a primeira vez que um empresário de comunicação tem esse poder todo e pode indicar um ministro”, declarou a professora.

Por outro lado, Suzy entende que o novo cenário apresenta atores concorrenciais muito fortes com a privatização das telecomunicações, a TV a cabo, a internet e a entrada de atores internacionais, que levaram a um certo enfraquecimento da mídia tradicional. “No período autoritário eram só *os amigos do rei* e o *rei* mandava em tudo. O presidente tinha um poder muito grande. Agora não mais”, avalia. Segundo Suzy, a partir da Constituição de 1988, as outorgas passaram a ser dadas por meio de negociações com o Congresso Nacional.

Para o pesquisador Daniel Fonsêca, da UFRJ, havia uma interdependência, um sistema de retroalimentação, mas o Estado tinha o poder de ascendência sobre o mercado e os empresários dependiam muito mais do poder executivo. Era um sistema de favorecimento no qual o setor tinha que apoiar Vargas porque senão perdia o apoio estatal, exemplificou. Hoje há uma relação

bidirecional – tanto o governo depende dessas lideranças quanto estas, para obter e renovar as concessões, dependem das lideranças regionais e do governo federal. Atualmente, ele observa que houve a fragilização do poder desses líderes e do sistema televisão, devido a emergência de novos serviços, hábitos de consumo e mídias. “Esse movimento não alterou de todo a centralidade da rádio e da TV no Brasil, que ainda continuam sendo os principais meios para práticas políticas e para o acesso à informação, que é um direito fundamental da população brasileira”, observou.

### PODER LOCAL

Para Venício, a partir de meados dos anos 1990, o coronelismo eletrônico passa a ocorrer, sobretudo, por meio de autorizações para rádios comunitárias e para emissoras de rádio FM, que são locais. “Aí já se nota a barganha direta da União, que é o poder concedente, para o poder local. E a intermediação desta barganha é feita pelos antigos coronéis, eles não desaparecem”. Segundo ele, em nível local, na região e no município, faz diferença ter ou não vínculo com emissoras de rádio, especialmente depois que os municípios se aproximaram da União por meio da municipalização promovida pela nova Constituição. “Acho que o erro dos movimentos sociais que lutam pela democratização dos meios é não insistir nos conselhos estaduais de comunicação. Questões como as apresentadas aqui não têm um fórum para discussão. É assustador ver o que acontece nos estados”, resumiu o professor, depois do painel que abordou *A Prática do Coronelismo Eletrônico*.

Nomes e sobrenomes como Antonio Carlos Magalhães, na Bahia, Sarney, no Maranhão, Collor de Mello, em Alagoas, Jereissati, no Ceará, e Neves, em Minas, além de Marinho, no Rio de Janeiro, e Sirotsky, em Porto Alegre, foram lembrados como

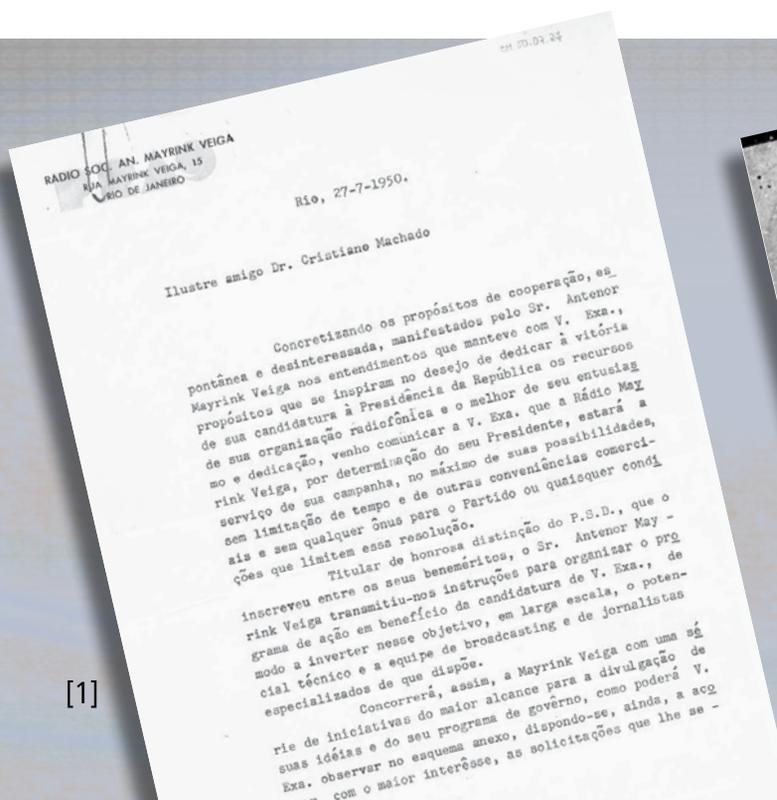
exemplos do sistema clientelista centrado em oligopólios. “É um prejuízo à liberdade de expressão e ao direito dos cidadãos à comunicação”, disse o jornalista Luiz Felipe Ferreira Stevanim, para quem, desde a década de 1980, com Sarney e Collor de Mello, o coronelismo eletrônico não se mostrava tão próximo da presidência da República quanto na campanha eleitoral, em 2014. “Neto de um tradicional político, o candidato Aécio Neves possui ligações com três rádios, uma emissora de TV e um jornal”, disse. Pesquisador da UFRJ, Luiz Felipe informou que Minas Gerais é o estado com o maior número de concessões de TV educativa (27,08%) e segundo em número de instituições de ensino superior privadas. “Há uma convivência de novos negócios, na radiodifusão e na economia do conhecimento, com empresas que possuem faculdades privadas”, comentou. O pesquisador comentou também que há forte vinculação entre políticos mineiros e TVs educativas: em 2011, das 52 emissoras, 30 tinham ligação com políticos. O pesquisador afirmou ainda que dos oito deputados federais eleitos por Minas, em 2014, seis são vinculados a empresas de rádio e TV e dois se inserem como líderes religiosos ou midiáticos. “Em Minas, há um vínculo com a base eleitoral. Todas as concessões estão baseadas na cidade de origem, exceto por apenas um caso. E o coronel atua como um mediador entre a esfera pública e a população, promovendo o acesso e a garantia de direitos”, disse ele. Além da família Neves, em São João Del Rey, há a família Andrada, com base local em Barbacena; os Coelho, da cidade de Ubá; e Varella, de Muriaé.

A pesquisadora Pâmela Pinto, da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresentou exemplos clássicos de como a mídia se estruturou no Brasil a partir da centralidade absoluta da TV e a forma como ela chega a esses locais mais periféricos. “São parceiros locais, regionais, que muitas vezes têm vínculos com políticos ou muitas vezes eles mesmos são políticos”.

## Coronelismo em documentos

O seminário organizou, em paralelo, uma exposição de imagens de documentos que comprovam a prática do coronelismo eletrônico — reproduções de cartas, denúncias e investigações realizadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) que mostram como a política de barganhas e o tráfico de influências fundou a construção de muitos meios de comunicação no Brasil.

[1] Carta do diretor da Rádio Mayrink Veiga, Gilson Amado, colocando a emissora à disposição de Cristiano Machado (PSD), candidato à presidência da República (1950); [2] Denúncia contra o governador Júlio José de Campos (PSD/MT) que pretendia assumir o controle político-econômico da TV Educativa de Mato Grosso (1984); [3] Tráfico de influência no governo Iris Rezende (PMDB/GO) privilegiando a Organização Jaime Câmara para obter, inclusive, dividendos políticos (1984)



Segundo ela, no Maranhão, com exceção da Rede TVI, todas as emissoras pertencem a políticos. A pesquisadora informou que a família Sarney, por exemplo, possui o jornal *O Estado do Maranhão*, as rádios Mirante AM e FM, a TV Mirante, afiliada da TV Globo a partir de 1991, além do Portal G1 Maranhão. Já a família Lobão é detentora de 84 outorgas entre rádios e TVs, com cobertura em 143 cidades, e ainda é proprietária de uma emissora afiliada ao SBT. A pesquisadora citou ainda a ligação da família do senador Roberto Rocha (PSB) com a TV Cidade, afiliada da Record, da família Ribeiro, que embora afastada da política, já frequentou os palanques e hoje possui uma emissora afiliada da Band.

A jornalista Janaine Aires, do PEIC/UFRJ, trouxe à discussão outro aspecto: os comunicadores que ingressaram ou tentaram ingressar na política usando a TV como palanque, entre eles Celso Russomano, ex-repórter de rádio e TV eleito deputado federal pelo PRB de São Paulo em 2014, e do empresário e apresentador Carlos Massa, o Ratinho, que depois de se eleger vereador e deputado federal em Curitiba fundou a Rede Massa, que abriga emissoras de TV afiliadas do SBT e de rádios FM.

Janaine lembrou que Ratinho usou sua popularidade nas eleições de 2014 para pedir votos para seu filho, Ratinho Júnior, quando concorria ao cargo de deputado estadual, pelo PSC, também no Paraná [O filho do apresentador foi eleito com votação recorde de 300 mil votos]. "Há uma política dos radiodifusores e consequentemente das elites políticas brasileiras. Essa relação gera impactos significativos na mídia no contexto cultural e essa estrutura vai refletir no processo de produção e no conteúdo que a gente vê no dia a dia", afirmou. Questionada se esse seria um fenômeno mais centrado no Nordeste brasileiro, Janaine afirmou que não é possível restringir o coronelismo a uma localidade ou região. "O coronelismo eletrônico reforça o preconceito ao ser ligado a um fenômeno exclusivamente nordestino.

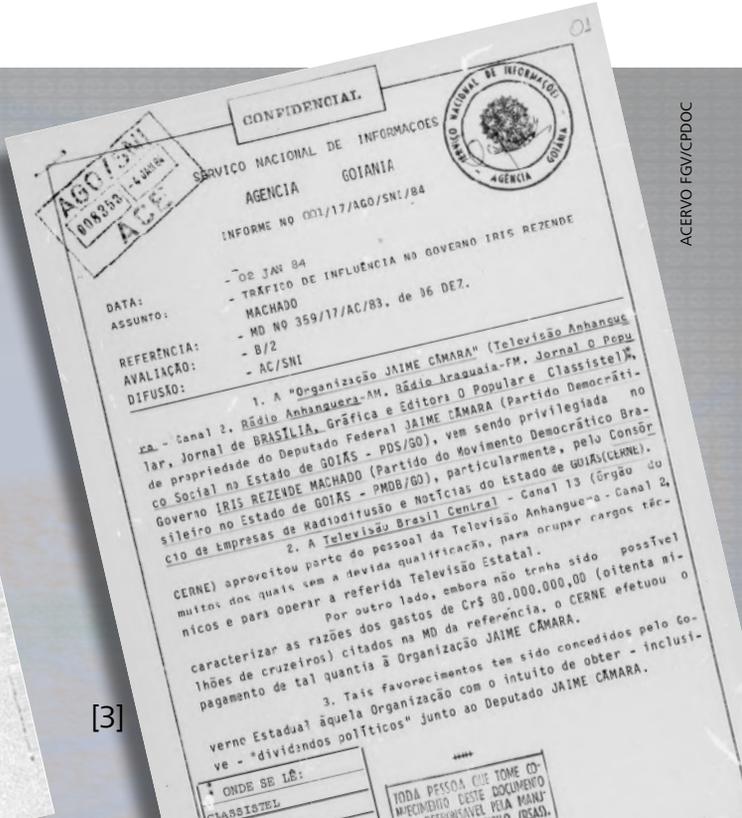
Eu acredito que os dados deixam muito claros que não é uma realidade regional, ou localizada, mas é algo que compõe a estrutura midiática brasileira na sua totalidade, dos grandes aos pequenos meios, nas relações de propriedade, regionais também, e na relação que os grandes centros vão estabelecer com os menores e assim por diante".

Um exemplo dessa prática coronelista foi dado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em almoço na capital paulista, em 15 de novembro de 2014, e noticiado pela *Folha de São Paulo*. Ao ser questionado sobre a necessidade de se diversificar os meios de comunicação no Brasil, e se isto não envolveria "quebrar alguns grupos econômicos", FHC teria arrancado risos da plateia. O ex-presidente se esquivou de responder e brincou, declarando: "Eu não falo de amigos". Nos governos Lula e Dilma não houve mudança no panorama das concessões.

### INTERNET E DEMOCRATIZAÇÃO

A internet seria uma saída para a maior democratização e acesso aos meios de comunicação? Na visão dos pesquisadores, mesmo o ambiente virtual apresenta limitações, como especificou Pâmela, aproximando a discussão da realidade brasileira. "A internet, nos países desenvolvidos, se constitui como uma alternativa. Mas, o Maranhão, estado com alto índice de analfabetismo, o acesso aos bens é difícil", afirmou. Segundo ela, houve uma grande aposta do governador eleito na comunicação pelas redes sociais e em visitas que começaram dois anos antes da eleição. "Ele estava preso em situação que não tinha como crescer. A articulação política entre interiorização e novas tecnologias talvez possa ter levado o candidato a ganhar a eleição".

O pesquisador, Marcos Dantas, da UFRJ, lembrou que a internet revela assimetria entre o acesso e a falta de democratização dos meios. "Corremos o risco de daqui a algum tempo termos





FOTOS: CAROLINE LEITE

Pâmela (E): exemplos de como a mídia se estruturou a partir da TV; André: figura do coronel como alterego da sociedade brasileira; Suzy: concessões para premiar bom comportamento do mercado

uma divisão entre os que têm acesso à internet e à TV por assinatura e os que permanecem se alimentando com a TV aberta, controlada pelos coronéis. Se a hipótese se confirmar, teremos uma sociedade dividida”, alertou. Segundo ele, o coronelismo eletrônico “não é apenas uma questão de o governo dizer isso ou aquilo, mas é todo um conjunto de relações sociais que se cria, se sustenta e se retroalimenta”. O professor Edgard Rebouças complementou: “A comunicação não é só uma atividade econômica, é uma construção. Tem implicações no processo democrático”.

Daniel Fonsêca concorda que não houve alteração no panorama da radiodifusão. “A internet, a telefonia e mesmo os novos serviços, como o whatsapp [*aplicativo de mensagens instantâneas para smartphones*], não acabam com a influência do rádio e da TV ou rompem com os grupos que controlam essa produção de conteúdo. Tanto que os principais portais de informação na internet são vinculados aos grandes grupos de mídia”. O que de fato vai ocorrer, segundo ele, e tende a gerar um efeito mais impactante no mercado de mídia no país, é o crescimento dos grupos de telecomunicações, sobretudo os transnacionais, que vêm concorrer com o mercado de radiodifusão brasileiro. “A sociedade civil tentava intervir nesta relação promíscua entre o parlamento e os empresários de radiodifusão; hoje a grande disputa é entre os grupos de telecomunicações e o grupo de radiodifusão”, disse.

Mas a questão não é só de mercado, salientou. Atualmente, mais do que o voto de cabresto, o que está em jogo é a produção de sentidos, ou seja, a forma como a mídia tenta promover e manter seu poder de influência junto à sociedade. Ele identifica que as mídias sociais ainda são pautadas por temas propostos pela televisão, mas que também já acontece o reverso: as TVs serem pautadas pelas mídias sociais, o que ele considera “retroalimentação de mídias”. “Este é um país que depende muito desse sistema, que nunca passou por reforma legislativa”, afirmou, lembrando que as leis datam do período em que a TV era um meio precário, em preto e branco, e não funcionava em rede nacional. “O coronelismo eletrônico é só um dos sintomas de uma grande

patologia existente no sistema de mídia no país”, diagnosticou Daniel.

### CORONEL, CORONÉIS

O termo coronelismo eletrônico foi criado por militantes pela democratização da comunicação e acadêmicos, baseado no estudo de Victor Nunes Leal que publicou, em 1949, o livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, que se debruça sobre o principal sustentáculo político da República Velha (1889-1930) e mostra como sucessivos governos estaduais e federais se elegeram com os “votos de cabresto” dos grotões. Para Suzy dos Santos, a dimensão simbólica do coronel na mídia, na política e na identidade nacional deve ainda ser estudada. A professora questionou, inclusive, se, em vez de coronelismo eletrônico, o mais adequado não seria utilizar o termo “coronelismo em tempos eletrônicos”, e ressaltou a particularidade do uso da patente: “O fato de alguém ser proprietário de um canal de televisão não faz dele um coronel”.

Na opinião de André Ricardo Heráclio do Rêgo, pesquisador da Universidade de Paris Ouest Nanterre-Arch de la Défense, na França, a figura do coronel talvez seja o alterego da sociedade brasileira, desde a sua formação até os dias de hoje. “É líder, chefe, guerreiro, presente desde o começo da colonização. Esse fenômeno existe em todo o Brasil e também fora dele, mas com outros nomes. E a imagem desse coronel depende da competência de quem a projeta”, afirmou o pesquisador, autor de livro no qual apresenta o coronelismo a partir da investigação de um dos mais famosos coronéis brasileiros: o pernambucano Chico Heráclio, seu tio-avô. Para André Ricardo, o coronel é uma figura ambígua, multivalente e, na maior parte das regiões, autoritária. Ele narrou o caso do major Cosme de Farias, que era um benemérito: amava os pobres e era reconhecido por isso, e ressaltou que coronel não se autoproclama. “Por mais que tenha o título da Guarda Nacional e patentes militares, quem dá o título é o outro, é o povo. O coronel nunca se chamava coronel por causa dele. Quem legitima o coronel são seus correligionários e eleitores – ou seus adversários. E isso vale para o bem e para o mal. Ou era intitulado coronel pelo lado positivo, ou pelo aspecto negativo”, resumiu. 

Um dos idealizadores do SUS, o sanitarista participou ativamente de movimentos políticos que resultaram no desenho do sistema público de saúde

# Eleutério Rodriguez Neto

## UM MILITANTE DA REFORMA SANITÁRIA

Ana Cláudia Peres

**E**le já foi chamado de “pescador de utopias”. Mas também era conhecido como “o mais pragmático dos pragmáticos”. Talvez para embarcar de corpo e alma na luta pela Reforma Sanitária Brasileira fosse preciso ser um pouco as duas coisas. Eleutério Rodriguez Neto era assim. Defensor obstinado da saúde pública no Brasil e um dos idealizadores do SUS, costumava dizer que lutava pelo sistema único possível naquele momento – eram meados da década de 1980, o país ainda vivia a transição para uma democracia, mas ele não media esforços para tentar assegurar o direito universal à saúde em um sistema democrático, descentralizado e participativo.

Há pouco mais de um ano, em dezembro de 2013, quando morreu vítima da Doença de Pick, Eleutério acumulava histórias em nome desse projeto de transformação social. Dez anos antes, em 2003, enquanto a doença neuro-degenerativa já afetava seu comportamento causando esquecimento e alterações de humor, o número 28 da

revista *Divulgação em Saúde para Debate*, editada pelo Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), foi inteiramente dedicado a sua vida e obra. Na ocasião, o sanitarista e ex-presidente da Fiocruz, Sérgio Arouca, escreveu uma carta emocionada ao seu “irmão, camarada”, lembrando da participação de Eleutério na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS).

Arouca dizia: “Estamos organizando a 12ª CNS, e você vai fazer uma falta danada na Comissão Organizadora. Na Oitava, você deixou sua marca – deu o maior apoio como secretário geral do Ministério da Saúde, fazendo o meio de campo com o ministro, escrevendo o texto preparatório para a discussão do tema *Reformulação do Sistema Nacional de Saúde*, fechando o relatório final e também, nós sabemos quanto, no discurso de abertura do presidente José Sarney”. Dono de uma retórica singular, Eleutério escreveu – e o então presidente leu – o texto de boas vindas do evento, que acabou se transformando em um marco para a saúde coletiva fazendo com que a discussão sobre a saúde passasse a ser assumida pela sociedade de maneira mais ampla.

## REDATOR DA SAÚDE

“Faço votos de que esta Conferência, pela abrangência de seus temas, pela profundidade de seus debates, pelo clima de devotamento que está presidindo as suas discussões, há de representar a pré-Constituinte da saúde no Brasil”. O sociólogo Arlindo Fábio Gómez de Sousa, atual superintendente do Canal Saúde, da Fiocruz, amigo e companheiro de jornada de Eleutério, lembra exatamente essas palavras proferidas por José Sarney, cuja autoria podia ser reconhecida pelos ouvidos mais atentos. “Se fôssemos uma torcida mais solta do que a que éramos naquele 1986, teríamos gritado a plenos pulmões: Leleco! Leleco! Leleco!”, recorda Arlindo, fazendo referência ao apelido carinhoso dado ao gigante carismático. Arlindo diz que, depois disso, durante toda a Assembleia Nacional Constituinte, Eleutério continuou como “um pensador e *ghost-writer* de muitos dos autores de propostas sobre a Saúde”.

É que, para a Constituinte de 1987, os sanitarristas levaram o acúmulo das discussões e debates amadurecidos no movimento da Reforma Sanitária. Como assessor legislativo nos 20 meses de duração da Constituinte, Eleutério se debruçou sobre os termos e expressões necessários para dar forma final ao conteúdo que vinha sendo elaborado a muitas mãos, entre eles, a emenda popular que diz que “a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado”, como acabou sendo garantido no artigo 196 da Constituição Federal.

A pena de Eleutério ia, portanto, do discurso do presidente ao texto final de Saúde para a Constituição. Na carta que escreveu para a publicação do Cebes, Arouca fez questão de rememorar o trabalho que acabou virando o xodó de Eleutério na Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS): “redigir, debater, negociar, reformular, articular sobre o texto da Saúde para a Constituição”. Foram

quase dois anos de idas e vindas, relatou Arouca, para conquistar o direito à saúde e a unificação do sistema no SUS e as diretrizes de descentralização, integralidade e participação popular. “Foi uma bela batalha — a sua — no seio da plenária de Saúde, que ia desde as articulações políticas macro até ter que decidir, em cima do lance, como gosta de contar a Sonia Fleury, se num determinado parágrafo do artigo x, inciso z, era e ou vírgula. Questões políticas candentes decididas na redação dos textos”, escreveu Arouca a Eleutério.

## EM NOME DE ELEUTÉRIO

Passadas mais de duas décadas, a sanitarrista Sonia Fleury, professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) e amiga de Eleutério, diz à *Radis* que ele teve papel inestimável no processo de elaboração da luta pela Reforma Sanitária e também no desenho do SUS. “Inclusive o nome SUS foi ferrenhamente defendido pelo Eleutério, pois havia outras pessoas que não concordavam com o *Único*, já que havia um setor privado suplementar já desenvolvido”, recorda. “Mas o Eleutério nos convenceu que a noção de *Único* era imprescindível para definir o caráter político unitário de um sistema público, que não poderia ser confundido com um sistema misto”.

A professora afirma ainda que, hoje, quando o setor privado insiste em criar o Sistema Nacional de Saúde, em substituição ao SUS, para melhor se beneficiar dos recursos públicos, fica claro que o argumento de Eleutério “era e será” sempre pertinente. “O SUS é um sistema único porque é público, não é nem deverá ser um sistema misto de saúde, pois seria sua morte a incorporação da mercantilização da saúde no interior do público”, reflete. “É contra essa incorporação subreptícia que vem sendo processada e também contra sua

Em um momento de lazer, Eric Jenner Rosas, Sergio Arouca e Eleutério tomam mojitos em frente à famosa Bodeguita Del Medio, em Havana, Cuba: Companheiros de luta e de defesa da saúde como direito





Reunião de sanitaristas: Hélio Cordeiro (E), Sebastião Loureiro, Luiz Humberto, Eleutério Rodriguez e Lúcia Souto

oficialização, desejada pelo setor suplementar, que os defensores do SUS devem lutar, como sempre fizemos ao lado do Eleutério”.

## MILITANTE E REVOLUCIONÁRIO

Nascido em Campinas, em 21 de julho de 1946, Eleutério Rodriguez Neto foi aluno de uma das primeiras turmas do curso de Medicina da Universidade de Brasília (UnB). Depois de participar de expedições pela região amazônica, abandonou a residência em Clínica Médica, que cursava na UnB, para fazer mestrado em Medicina Preventiva, na Universidade de São Paulo (USP). É lá que mergulha na chamada medicina social, em sua abordagem sobre os problemas médico-sanitários, e nunca mais abandona o campo. Eleutério foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Departamento de Saúde Coletiva da UnB, onde fundou o Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP).

Foi também um dos criadores do Cebes, presidindo a entidade por duas gestões distintas, ocupando ainda a vice-presidência de 1994 a 1996. “Ele entendia que era importante ter uma entidade que agregasse e difundisse o pensamento da Reforma Sanitária”, disse Ana Maria Costa, atual presidente do Cebes, no documentário *Histórias do SUS*, realizado pelos integrantes do NESP/UnB para relembrar a trajetória de Eleutério. No mesmo vídeo, o professor Mourad Ibrahim Belaciano, do Departamento de Saúde Coletiva da UnB, diz que Eleutério é a personificação de um revolucionário. “Ele realmente revolucionava onde quer que estivesse, nas instituições ou movimentos sociais, propondo reformulações que pudessem atingir à pessoa humana”, sugere o professor. “Sua ideia era criar espaços políticos institucionais para trabalhar as tensões que havia no campo da saúde, buscando sempre as alternativas, as mudanças”.

Militante 24 horas por dia, Eleutério teve dois filhos com a companheira da vida inteira, Lúcia Ypiranga. Em relato para a publicação do Cebes, a filha Sylvia, que também é médica, dava conta da rotina em família, desde a época das reuniões clandestinas do Partido: “Depois, veio o movimento pela Anistia ‘ampla geral e irrestrita’; as reuniões

do Cebes todas as segundas-feiras, à noite; o movimento sanitário; as Diretas Já; a Nova República; a legalização do PCB; a 8ª Conferência Nacional de Saúde; a Constituinte; a Lei do Sangue e a Lei Orgânica da Saúde. Em cada um desses momentos, uma causa que ele abraçava, uma nova concorrente para dividir a atenção do papai. Dentro do possível, comungávamos destes movimentos, com ele e, desta forma, estávamos mais próximos”

## AÇÕES INTEGRADAS DE SAÚDE

Numa outra época, no início dos anos 1980, Eleutério também ocupou funções no antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), onde estruturou as Ações Integradas de Saúde (AIS). Amigo de Eleutério, o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão dividiu com ele essa experiência. “Embora as AIS não trouxessem em si nenhuma inovação, elas rompiam com a visão de atenção primária como espaço de construção de modelos alternativos, propondo-se a pensar toda a rede, o setor privado, a incorporação tecnológica”, conta Temporão em artigo para a revista *Divulgação*.

Segundo ele, o grupo de jovens sanitaristas convidados por Eleutério a fazer história dentro de uma instituição como o Inamps baseava sua ação no ideário do que viria a ser, anos depois, a Reforma Sanitária. “Eleutério foi o cérebro por trás de todo o processo”, diz. “Com sua liderança, capacidade de análise e de coordenação, mantinha em níveis elevados a motivação da equipe. Conjugava alto senso de responsabilidade, carisma e bom humor”. Com Eleutério, Temporão compartilhou ainda almoços e jantares oferecidos pelo amigo que não hesitava em exibir seus dotes culinários, o gosto por bons charutos, inúmeras confraternizações.

Se o SUS ainda não é uma experiência pronta e acabada, mas um projeto sempre em construção, Eleutério segue sendo uma referência. Talvez por isso, Arouca finalizou assim a carta que fez ao amigo: “Eu queria te escrever uma carta para lhe dizer que toda a briga que você brigou, que o trabalho que você investiu, que o projeto que você participou, deu certo!”

## SAIBA MAIS

**Divulgação em Saúde para Debate – Caderno CEBES em homenagem a Eleutério Rodriguez Neto**  
<http://goo.gl/QQMb0N>

**Documentário: 'Histórias do SUS – Eleutério Rodriguez Neto'**  
<http://goo.gl/t71Sul>

# O lugar das ENFERMEIRAS e OBSTETRIZES

*Estudos apontam centralidade dessas profissionais na melhoria da qualidade do atendimento a gestantes e recém-nascidos*

Elisa Batalha

**A** edição especial da revista científica inglesa *The Lancet*, de junho de 2014, é taxativa ao afirmar a importância e a eficácia da assistência prestada a mulheres e bebês pela figura da *midwife*, em português, a obstetrix ou parteira com formação profissional. Segundo a publicação, elaborada por 35 especialistas em um grupo multidisciplinar, a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto – conceito que em inglês é condensado na palavra *midwifery* – é vital para enfrentar os desafios de fornecer cuidados materno-infantis de alta qualidade a todas as mulheres e recém-nascidos, em todos os países. Para os autores do estudo, investir nesse profissional especialista no manejo do parto tem retorno tão eficaz quanto o investimento em vacinação. “Desde 1990, os 21 países que foram mais bem sucedidos em reduzir as taxas de mortalidade materna, fizeram isso facilitando o parto através do emprego de *midwives*”, afirmam.

As conclusões da publicação apoiam a mudança de uma assistência que atualmente é, na maior parte dos países, fragmentada, focada na

identificação e tratamento de patologias, para uma abordagem sistêmica que forneça cuidados como um todo. Isso requer trabalho de equipe multidisciplinar e integração entre hospital e comunidade.

A *Midwifery* é definida nessa série como cuidado qualificado e contínuo ao longo da pré-concepção, gravidez, parto, pós-parto e nas primeiras semanas de vida do recém-nascido, baseado no conhecimento e empatia com gestantes, recém-nascidos e famílias. “Em alguns países, esse cuidado integral é limitado por barreiras culturais e existem sobreposições de papéis entre médicos obstetras, médicos de família, enfermeiras, parteiras tradicionais, obstetrixes, agentes comunitários de saúde e enfermeiras obstetras”, diz o texto.

## REDUÇÃO DE CESARIANAS

No Brasil, os estudos mostram que a presença de enfermeiras obstetras reduz o excesso de cesarianas desnecessárias. Em maternidades onde os partos são assistidos por enfermeiros ou obstetrixes, a taxa de cesariana é 78% menor quando comparada aos hospitais onde não há presença desse profissional no momento do parto, conforme apontou a pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Silvana Granado, na Conferência Internacional *Ecoss da 9th International Research Conference – Normal é natural: da pesquisa à ação*, realizada de 14 a 16 de outubro, no Rio de Janeiro. Apenas 16% dos partos no país são assistidos por enfermeiras obstetras, em sua maioria pelo SUS, revelou Silvana, que participou do estudo *Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento (Radis 143)*, coordenado pela Fiocruz. “A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que os enfermeiros obstetras e obstetrixes desempenham mais adequadamente e com menor custo a assistência aos partos normais”, afirmou.

A pesquisadora lembrou que, desde 1986, é assegurada aos enfermeiros e obstetrixes a tarefa de assistir a parturiente e o parto normal, identificar distócias (dificuldades encontradas na evolução de um trabalho de parto) e tomar providências caso haja alguma complicação até a chegada do médico. O Ministério da Saúde prevê na tabela do SUS, desde 1998, o pagamento de parto normal, realizado

FOTO: BEL JUNQUEIRA



Esther Vilela defende a Rede Cegonha como alternativa ao modelo centrado no hospital e no médico: “Precisamos colocar o cenário do bom parto para reduzir a cesárea”



por enfermeiro obstétrico, com maior satisfação das mulheres e sem prejuízos nos desfechos maternos e pré-natais.

### CASA DE PARTO NORMAL

No hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, as gestantes de baixo risco são atendidas por enfermeiras obstetras em casa de parto normal (*Radis* 117), e só são removidas para a maternidade se desejarem anestesia, ou caso haja algum tipo de complicação, quando passam a ser atendidas por obstetras. Ali, o número de episiotomias – corte feito entre a região do ânus e da vagina durante o parto normal – foi reduzido drasticamente e hoje só é feito em 4% dos partos.

Nos anos 90, as episiotomias eram praticadas ali em 60% dos nascimentos por parto normal. “Os dados mostram que a queda mais drástica ocorreu entre os anos de 1998 e 1999 quando colocamos enfermeiras em todos os plantões. Caímos para 10%”, explicou o diretor clínico do hospital, João Batista Marinho de Castro Lima ao Blog Maternar, publicado pela *Folha de S. Paulo*. Segundo ele, após a prática deixar de ser rotineira, as lacerações que acontecem provocam uma lesão mais simples do que a própria episiotomia, que é uma cirurgia e leva a uma laceração de, no mínimo, segundo grau.

“Quando me formei, há 31 anos, a cesariana era vista como um ‘ato de bondade’, para ‘diminuir o sofrimento da mulher’ e a episiotomia era vista como um procedimento para proteger o perineo”,

explicou na conferência o médico obstetra Marcos Dias, do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueiras (IFF/Fiocruz), em palestra sobre a formação do médico obstetra no Brasil.

No mesmo evento, foram discutidas pesquisas recentes no ramo de epigenética, mostrando que o tipo de parto faz diferença no desenvolvimento do sistema imunológico da criança, por ela ser exposta às bactérias do corpo da mãe antes de entrar em contato com o ambiente externo; e apontando também que as alterações hormonais fisiológicas que ocorrem durante o parto normal são determinantes em muitos aspectos e a alteração do mecanismo natural pode ter consequências evolutivas.

### ‘CULTURA DO HOSPITAL’

“Para a medicina se apropriar do cuidado das mulheres foi preciso desnaturalizar o parto e a gestação, e criar a *cultura do hospital*”, explicou Marcos. “O modelo atual é o modelo tecnocrático do parto, em que o corpo feminino é visto como uma máquina defeituosa, sobre a qual o médico tem o poder de normatizar”. O médico contou que, a partir do início dos anos 2000, começou a haver uma inflexão nessa visão do parto no Brasil, embora o número de cesarianas hoje supere o de nascimentos pela via natural. “Os residentes hoje já viram e acompanham muitos partos normais. Refiz minha formação para não ficar para trás”, disse Marcos, que foi diretor da maternidade Leila

Obstetrix inglesa em ação, no Reino Unido: prática é vital na garantia do cuidado a mulheres e recém-nascidos

Diniz, no Rio de Janeiro.

“Pelo modelo centrado no hospital e no médico, estamos longe de ter enfermeiras vinculadas desde o pré-natal à gestante. De um lado tem a cesárea, de outro, o parto conduzido de maneira inadequada, com práticas desaconselhadas. Precisamos mudar esse cenário para que a mulher tenha acesso ao bom parto”, afirmou Esther Vilela, coordenadora do programa Rede Cegonha, do Ministério da Saúde, no evento. “O Ministério da Saúde está induzindo que os hospitais tenham enfermeiras obstetras. Manaus, por exemplo, já contratou para todas as maternidades”, disse Esther. No entanto, para ela, é importante que toda atenção ao parto seja redesenhada, um dos objetivos do Rede Cegonha. “Não adianta levar enfermeiras obstetras para incorporar um modelo antigo”.

### CENÁRIO DO BOM PARTO

“A Rede Cegonha vem justamente qualificar as práticas de cuidado ao parto e nascimento e ao pré-natal. Queremos superar esse modelo tecnocrático, mecanicista, centrado no hospital e somente na figura do médico, que resultou em 53% de cesarianas. Precisamos colocar o cenário do bom parto para reduzir a cesárea”, declarou a coordenadora, lembrando as normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que foram postas em consulta pública em outubro de 2014, com medidas que obrigam o hospital e o profissional a informar as taxas de cesarianas praticadas. Medidas previstas incluem ainda a recomendação de acompanhamento do andamento da evolução do trabalho de parto pelo partograma (reprodução gráfica da evolução do trabalho de parto) e proibição de cesariana eletiva antes das 36 semanas de gestação. A ANS determinou também em novembro que seja distribuído para as usuárias de operadoras de planos de saúde a Caderneta da Gestante (semelhante à utilizada no SUS), contendo a Carta de Informação a Gestante. O documento é um instrumento de registro das consultas de pré-natal que contém os principais dados de acompanhamento da gestação, devendo permanecer em posse da paciente e ser apresentado na maternidade quando for admitida em trabalho de parto.

Para ampliar a inserção da enfermagem obstétrica e a melhoria da qualidade da assistência ao parto, Esther afirma que é preciso investir em formação profissional e em espaços adequados. Segundo ela, existe carência de profissionais. “Estamos investindo em dois eixos. Um é a formação de enfermeiras obstetras, pois temos muito poucas”, contou ela. O Reino Unido, por exemplo, tem cerca de 100 milhões de habitantes e 40 mil *midwives* registradas, enquanto que o Brasil, com população de 190 milhões, conta com apenas 5 mil profissionais registrados na Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras (Abenfo). “Entre cursos de aprimoramento, especialização e residência, estamos abrindo um total de 1.154 vagas”, contou. “Algumas profissionais precisarão se atualizar, pois nunca puderam atuar efetivamente”. O outro eixo é a construção de centros de parto normal, onde a assistência ao parto natural é feita integralmente pela enfermeira obstetra. “Entre

construção e reformas, temos 115 projetos em andamento”, anunciou. O site do ministério dispõe de projeto de Centros de Parto Normal, com plantas e maquetes para baixar (ver Saiba mais).

### CURRÍCULO INTEGRADO

Segundo Carlos Maciel, diretor do IFF/ Fiocruz, “a lei dá possibilidade, mas no dia a dia tem sido muito difícil o enfermeiro atuar no parto”. Ele revelou que o projeto do novo hospital que será construído para o Instituto na região de São Cristóvão, no Rio de Janeiro prevê um centro de parto normal anexo. As mudanças incluem também a formação profissional, durante o internato (estágio) e residência “Haverá um internato conjunto, e residências conjuntas para médicos e enfermeiras”, contou.

Segundo Holly Powell Kennedy, do American College of Nurse-Midwives (Faculdade de Enfermagem Obstétrica, localizada em Maryland, EUA), o trabalho colaborativo na equipe profissional é fundamental. A enfermeira, que atuou no exército dos Estados Unidos por mais de 30 anos, afirmou que a tendência é a adoção do currículo integrado e universal. “Está aumentando o número de enfermeiras obstétricas atuando na formação médica”, declarou, reforçando que a colaboração entre as profissões é necessária e benéfica para as mulheres. “Somos membros de equipes interdisciplinares, mas fomos educados e socializados nas nossas profissões. Há falhas na comunicação e competição entre as categorias”, observou. A plateia, em sua maior parte formada por enfermeiras, reagiu positivamente e quis saber da palestrante como mudar a visão de que o enfermeiro é um médico frustrado. “O desrespeito entre profissões existe em outros países também, mas isso pode mudar”, disse Holly, acrescentando que “não adianta ir embora para a casa chorando ao presenciar práticas inadequadas ou após uma discussão com um colega de equipe”.

A Universidade de São Paulo (USP) oferece, desde 2005, um curso de graduação em Obstetrícia, que pertence à Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Localizado no campus Leste, na capital paulista, o curso forma bacharéis em Obstetrícia, com entrada direta. De acordo com a coordenadora do curso, Nádia Zanon, as egressas são registradas e têm encontrado espaço para atuar no mercado de trabalho. Durante o estágio no Hospital Universitário da USP, no entanto, conforme contou Nádia, as alunas se deparam com um cenário no qual as práticas não se respaldam em evidências – como uso de fórceps de rotina e episiotomia em todas as primíparas (grávidas que vão dar à luz o primeiro filho), nos partos assistidos por médicos obstetras e residentes. Segundo ela, para mudar esse cenário violento, “o Brasil precisa de obstetras”.

### PARTEIRAS PELO MUNDO

Leslie Page, presidente do Royal College of Midwives – instituição corporativa britânica que regula a profissão de obstetrix – compareceu ao evento no Rio de Janeiro e contou que, no Reino Unido, “nem todas as grávidas e parturientes são acompanhadas por médicos, mas todas passam por uma *midwife*”. O ofício é regulado e tem formação



específica, explicou Leslie, lembrando que existem também homens entre os profissionais. A parteira veterana, que administrou diversos serviços no Reino Unido e no Canadá, elogiou os esforços brasileiros em modificar o modelo de atenção. “O Brasil está fazendo muito. Por estudos, sabemos que no mundo todo, quando a assistência é privada, as taxas de cesariana são altas. O tipo de mudança que queremos é de visão, e a equipe é importante. Aumentar o respeito entre os profissionais e pela mulher aumenta a segurança dos partos”.

Leslie também apresentou números de estudos internacionais que trazem evidências dos benefícios das parteiras. “O parto é mais seguro, tem menos intervenções, menos prematuridade, menos morte fetal”, resumiu. No mundo todo, apontou Leslie, existem grandes contrastes entre mulheres desassistidas e o excesso de intervenções. “O apoio humano é o mais importante, é algo crucial para qualquer sociedade civilizada. É preciso também ajudar a melhorar o status da mulher na sociedade para salvar vidas. Existem lugares onde as parteiras são ameaçadas de morte. É difícil trabalhar eficazmente sob opressão e invisibilidade”, defendeu Leslie, para quem é importante ainda não deixar de lado o aspecto psicológico, da satisfação da mulher com a assistência e o apoio obtidos na gestação e no parto. “Em muitos países o suicídio é a principal causa de morte materna. A saúde mental é crucial”, declarou.

Hanna Dahlen, docente em obstetrícia na University of Western Sydney, na Austrália, contou que em seu país o medo dos maus-tratos durante o parto tem levado mulheres a realizarem parto desassistido, ou seja, sem acompanhamento de nenhum profissional de saúde. “Muitas mulheres têm se recusado a ir para hospitais terem seus filhos. Isso é uma espécie de termômetro, que mostra que a atenção ao parto não é satisfatória”. Ela afirmou ainda que o que motiva muitas vezes a mulher a evitar os serviços de saúde são traumas anteriores.

“Há casos de mulheres que se sentiram ‘evisceradas’ e não tiveram respeitadas suas decisões”. Hanna defendeu que não se deve “julgar essas mulheres, achando que elas não se importam com a saúde dos seus bebês”, uma vez que têm sido observados melhores desfechos de saúde física e mental em partos domiciliares naquele país. “Se o parto no hospital não respeitar a mulher, vamos empurrá-la para situações perigosas. A orientação é de que se a mulher diz não, é não. Acabou a história. Temos que oferecer um serviço que as mulheres aceitem, e não o contrário. O maior órgão envolvido no nascimento é o cérebro”, concluiu.

No Brasil, algumas mulheres optam por ter seus filhos em casa, sob supervisão de médico(a) obstetra ou de enfermeiro(a), mas esse tipo de assistência não está prevista pelo SUS. Waldecyr Herdy, presidente da Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras (Abenfo) defende que o assunto seja discutido. “Devemos pensar no parto domiciliar como processo político de saúde pública”, afirmou na mesa de abertura da conferência. Sobre o assunto, Esther Vilella respondeu com cautela. “Temos que olhar com muito cuidado para essa questão, porque a discussão sobre o modelo de parto ainda não tem maturidade. O parto domiciliar é de domínio da vida privada. Eu não vejo condições políticas e técnicas neste momento. Estamos avançando cuidadosamente para não haver retrocesso, e para não por em risco a vida e a autonomia das mulheres”.

Para Waldecyr, é importante “não perder a possibilidade de inclusão da enfermagem obstétrica e construir a rede de mudanças em trabalho coletivo com gestores, para garantir a inserção da enfermeira obstétrica e da obstetritz”. Ele lembrou que mais de 20% das internações pelo SUS são por razão de trabalho de parto, parto e puerpério: “Precisamos mudar a qualidade dos partos, que hoje são violentos. O desafio de redesenhar o cuidado é de toda a sociedade brasileira”, ressaltou. 

Leslie Page, presidente do Royal College of Midwives, no Reino Unido, elogiou iniciativa brasileira: respeito pela mulher aumenta segurança nos partos

## SAIBA MAIS

**Projeto de Centros de Parto Normal disponíveis no site do Ministério da Saúde (com plantas e maquetes)**

<http://migre.me/nlz34>

**O que faz uma obstetritz?**

<http://www.each.usp.br/obstetrícia/perguntas.htm>



## EVENTOS

## SEMCOM 2015



A 8ª edição do Seminário de Investigação da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (SEMCOM/Alaic) terá como tema *Comunicação, cultura e desafios da contemporaneidade* e será organizado pela Alaic, em parceria com a Associação Portorriquenha de Programas Acadêmicos de Comunicação (Appac) e Universidade Metropolitana, que sediará os encontros. O seminário recebe resumos até 30 de janeiro, que devem ter relação com os subtemas propostos: Redes e conectividades no espaço ibero-americano de comunicação; economia do conhecimento e investigação em comunicação; desafios e caminhos da investigação em comunicação contemporânea; tecnologias e plataformas e narrativas e formações discursivas emergentes da comunicação.

**Data** 25 a 27 de maio de 2015

**Local** Universidade Metropolitana, San Juan, Porto Rico

**Informações** [www.seminarioalaic2015.com](http://www.seminarioalaic2015.com) e [semcom2015@suagm.edu](mailto:semcom2015@suagm.edu)

## 19º Simpósio Internacional de Atualização em Psiquiatria Geriátrica

XIX Simpósio Internacional de Atualização em Psiquiatria Geriátrica

Promovido pelo Programa Terceira Idade (Proter) e pelo Instituto e Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/FMUSP), o evento discutirá temas como dor e transtornos psiquiátricos no idoso e intervenções para cuidadores de pacientes idosos, em mesas-redondas, e terá a participação do conferencista Aartjan T.F. Beekman, do Departamento de Psiquiatria da Universidade de Amsterdã (Holanda). Destinado a clínicos gerais, geriatras, neurologistas, psiquiatras, gerontólogos, psicólogos, neuropsiquiatras, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e demais profissionais da área de saúde, recebe resumos até 10 de março.

**Data** 20 e 21 de março de 2015

**Local** Anfiteatro do Instituto de Psiquiatria HC FMUSP, São Paulo, SP

**Informações** [www.blcongressoseventos.com.br](http://www.blcongressoseventos.com.br), (11) 2046.0314 e (11) 99882.9988 ou [bleventos@uol.com.br](mailto:bleventos@uol.com.br) e [blcongressoseventos@gmail.com](mailto:blcongressoseventos@gmail.com)

## PERIÓDICO

## Alimentos e saúde



A 4ª edição do volume 2 da revista eletrônica **Visa em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia** discute

os impasses, os desafios e as perspectivas da relação entre vigilância sanitária e a promoção da alimentação adequada e saudável, propondo contribuições para o debate que envolve alimentos e saúde coletiva. A publicação reúne uma seleção de 15 contribuições de pesquisadores de diversas regiões do Brasil, que abordam temas como comida de rua, patógenos emergentes, agricultura familiar, produção artesanal de alimentos, vigilância alimentar e nutricional, conflitos de interesses entre governos e setores privados, os embates da regulação, além da importância dos processos comunicacionais. A publicação pode ser acessada em [www.visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/issue/view/13](http://www.visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/issue/view/13)

## LIVROS

## Avaliação política

Organizado pelos professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Vilde Menezes, do departamento de Educação Física, e Petrônio Martelli, do departamento de Medicina Social, **Estudos sobre políticas públicas em saúde em Recife 2000-2012: Reflexões, críticas e legados** (Editora UFPE) é uma coletânea de pesquisas sobre políticas públicas de saúde realizadas na cidade do Recife nas três últimas gestões do Partido dos Trabalhadores, tendo como objeto de análise ciência, ética e política.



## Direitos humanos



Parceria entre Ministério da Cultura, Governo Federal, Caixa Econômica Federal e Editora Instituto Vladimir Herzog, **Declaração Universal dos Direitos Humanos – 30 artigos ilustrados por artistas**

tem design gráfico assinado por Chico Homem de Melo e traz cada um dos artigos do documento ilustrados por renomados artistas brasileiros. A obra também inclui textos da jurista Flávia Piovesan, reconhecida por sua militância na causa dos direitos humanos, que escreve sobre a história da Declaração da ONU e suas consequências,

e de Fábio Magalhães, conselheiro do Instituto Vladimir Herzog, que trata sobre arte e preocupação social no Brasil.

## Educação e libras

Vencedor da categoria educação do prêmio Jabuti, **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos** (EdUFSCar), organiza-



do pelas fonoaudiólogas Cristina Broglia Feitosa de Lacerda e Lara F. Santos, reúne textos que se põem como material de introdução à educação de surdos, levantando questões sobre a abordagem bilíngue e Libras, e fornecendo subsídios para os professores de ensino fundamental que têm alunos com deficiência auditiva e precisam compreender melhor os desafios à sua volta.

## Informação, educação e saúde

**Informar e educar em Saúde: análises e experiências** organiza-

do por Ana Cristina de S. Mandarino, Edmundo Gallo e Estélio Gomberg (Editora Fiocruz/Edufba) integra informação, educação, comunicação e saúde em abordagem multidisciplinar e discute estratégias para implementar ações em prol da saúde. São 13 textos que trazem temas como a utilização do conhecimento científico na gestão da saúde; repositórios institucionais das universidades como ferramentas de acesso aberto à informação; dificuldades na comunicação de riscos; jornalismo em saúde, bioética; e meio ambiente.



## ENDEREÇOS

## Editora UFPE

(81) 2126.8397 e (81) 2126.8930  
[www.ufpe.br/edufpe](http://www.ufpe.br/edufpe)  
[livraria@edufpe.com.br](mailto:livraria@edufpe.com.br)

## Editora Instituto Vladimir Herzog

(11) 2894.6650  
<http://vladimirherzog.org/vlado-editora>  
[contato@vladimirherzog.org](mailto:contato@vladimirherzog.org)

## EdUFSCar

(16) 3351-9621 e (16) 3351.9623  
[www.editora.ufscar.br/](http://www.editora.ufscar.br/)  
[contatos@ufscar.br](mailto:contatos@ufscar.br)

## Editora Fiocruz

(21) 3882-9039 e (21) 3882-9006  
[editora@fiocruz.br](mailto:editora@fiocruz.br)  
[www.fiocruz.br/reditora](http://www.fiocruz.br/reditora)



# Sinédoque da SAÚDE do HOMEM

Bruno Pereira Stelet

O modelo *campanhista* compõe um espectro de ações governamentais na Saúde Pública no Brasil e data do início do século passado. Apesar de criticadas pela baixa eficácia no cumprimento de seus objetivos, as campanhas são utilizadas principalmente pela lógica da prevenção ou da promoção da saúde: campanha para se usar camisinha (e prevenir DST/aids), para promover o aleitamento materno (e prevenir o desmame precoce) ou vacinação (para prevenir doenças e/ou complicações destas). Pode-se fazer campanha sobre inúmeras condições ditas *evitáveis* ou para estimular a população a inserir práticas saudáveis no seu cotidiano.

A baixa eficácia das campanhas como ferramenta de prevenção não implica deixá-las de lado. Pelo contrário, é preciso qualificá-las e melhorá-las de maneira a fazerem sentido e afetarem de fato os sujeitos que se deseja sensibilizar. O papel informativo desta estratégia é condição básica para que as pessoas reflitam, discutam e tomem decisões acerca dos cuidados com a saúde. Campanhas, como toda ação educativa, são mais uma aposta, e nunca uma garantia.

Diz o ditado popular: “prevenir é melhor que remediar”. Porém, estratégias de prevenção podem ser danosas e iatrogênicas. No âmbito da Medicina de Família e Comunidade (MFC), no país e no mundo, tem sido debatido o conceito de Prevenção Quaternária, definido como ação para identificar pessoa ou grupo em risco de supermedicalização, protegê-las de uma intervenção médica invasiva e sugerir procedimentos científica e eticamente aceitáveis. O grupo de trabalho em Prevenção Quaternária da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) tem promovido inúmeros debates em sua página no *Facebook*.

É por esta lente que gostaria de comentar a reportagem *A língua dos homens* (Radis 145) e a campanha mundial *Novembro Azul*, apoiada pelo Ministério da Saúde. A revista publicou um belo artigo sobre a complexidade das políticas de saúde do homem, cujo foco foi a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH); autocuidado, paternidade e o debate sobre “outras masculinidades” foram pontos fortes listados no texto. Por outro lado, ao falar de prevenção de agravos mais comuns na população masculina, a reportagem parece reforçar, assim como a campanha *Novembro Azul*, a questão da prevenção ao câncer de próstata por meio do rastreamento. Rastrear uma doença consiste em oferecer um procedimento médico (exames, por exemplo) a um determinado grupo da população – a princípio saudável – com objetivo de identificar pessoas que possam não saber que estão doentes.

Para ser eleita como *rastreável*, portanto, essa doença precisa ser frequente na população, ter um desfecho grave (causar morte ou incapacidades) e haver um tratamento disponível e acessível. O procedimento de rastreio ofertado deve ser seguro, confiável e de baixo custo.

No caso do rastreio do câncer de próstata, as evidências científicas não sustentam o PSA ou o toque retal como procedimento efetivo, ou seja, não diminuem a mortalidade e até aumentam o número de casos falso-positivos. Várias instituições no mundo e no Brasil vêm se posicionando contra o rastreio do câncer de próstata: O *U.S. Preventive Services Task Force*, em 2012; o *Canadian Task Force on Preventive Health Care*, em 2014; a Associação Americana de Urologia, em 2014, e o próprio Instituto Nacional do Câncer (Inca). Na estimativa que fez para a doença em 2014, o Inca recomendou que: “A organização de programas de rastreamento do câncer de próstata não está indicada, pois ainda existe considerável incerteza sobre a existência de benefícios associados a essa prática e, por outro lado, evidências científicas de boa qualidade demonstram que essa intervenção produz danos importantes para a saúde dos homens. Portanto, ações de controle da doença devem focar em outras estratégias, como a prevenção primária e o diagnóstico precoce”. Diferentemente do rastreamento (que se ocupa de populações saudáveis), o diagnóstico precoce oferece exames e/ou procedimentos para pacientes que apresentem sintomas (no caso da próstata, seriam principalmente alterações da micção e da ejaculação). Vale lembrar que o câncer de próstata, em geral, apresenta crescimento lento e o tratamento permite boas taxas de cura. Informar e compartilhar as decisões com cada paciente parece ser a melhor estratégia até o momento.

As campanhas de saúde do homem devem se apoiar na PNAISH e no debate sobre violência, acidentes de trânsito, abuso de álcool e outras drogas, estímulo à atividade física e alimentação saudável, saúde do trabalhador, além das discussões sobre práticas sexuais, sexualidade e paternidade. Há todo um universo masculino que as tais campanhas deixam de lado ao reduzir a saúde do homem à próstata. A cada *Novembro azul* ou *Outubro rosa* percebo o quanto a Integralidade em Saúde, princípio do SUS, precisa ganhar visibilidade nas campanhas de saúde (ainda) fragmentadas. A parte pelo todo, sinédoque da saúde do homem, definitivamente não precisa ser a próstata.



Professor do Departamento de Medicina de Família e Comunidade – UFRJ e Mestre em Saúde Coletiva

# NÃO FIQUE EM SILÊNCIO



**RACISMO FAZ MAL À SAÚDE.  
DENUNCIE, LIGUE 136!**

#SUSsemracismo #saúdesemracismo

@minsaude  /SUSnaRedes 



Secretaria de  
Direitos Humanos

Ministério da  
Saúde

DISQUE SAÚDE  
**136**  
Ouvidoria Geral do SUS  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA